

2024

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Relatório de Gestão
Demonstrações Financeiras e Orçamentais



Município de
a v i s

Índice

Nota Introdutória	5
Enquadramento.....	7
1. Organização Municipal e Sistema Organizativo	8
1.1. Estrutura Política	8
1.2. Estrutura Orgânica	10
1.3. Recursos Humanos.....	12
1.3.1. Estrutura de Recursos	12
1.3.2. Análise Financeira.....	12
2. Relato Orçamental e Financeiro.....	14
2.1. Análise Orçamental	14
2.1.1. Orçamento.....	14
2.1.2. Equilíbrio Orçamental.....	15
2.1.3. Receita Orçamental	16
2.1.4. Despesa Orçamental	17
2.1.5. Execução do Plano Plurianual de Investimento	18
2.1.6. Indicadores Orçamentais.....	20
2.1.7. Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)	20
2.2. Análise Económico – Financeira	22
2.2.1. Análise ao Balanço.....	22
2.2.2. Análise à Demonstração de Resultados	24
2.2.3. Indicadores Económico – Financeiros	25
2.2.4. Prazo Médio de Pagamentos.....	26
2.2.5. Endividamento Municipal.....	26
3. Transferência de Competências	28
3.1. Área da Educação	28
3.2. Área da Ação Social	31
4. Acontecimentos Após a Data de Relato	33
5. Proposta de Aplicação de Resultados	34
6. Documentos de Prestação de Contas – Demonstrações Financeiras	35
6.1. Balanço	35
6.2. Demonstração de Resultados.....	36
6.3. Demonstração de Fluxos de Caixa.....	37
6.4. Demonstração de Alterações ao Património Líquido.....	38

7. Anexo às Demonstrações Financeiras.....	39
7.1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	39
7.2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	39
7.3. Órgãos de Gestão	39
7.4. Recursos Humanos	39
7.5. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários	40
7.6. Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.40	
7.6.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	40
7.6.2. Principais Políticas Contabilísticas.....	41
7.6.2.1. Ativos fixos tangíveis	41
7.6.2.2. Propriedades de investimento	42
7.6.2.3. Ativos fixos intangíveis	42
7.6.2.4. Acordos de concessão de serviços: Concedente	43
7.6.2.5. Locações	43
7.6.2.6. Participações financeiras.....	44
7.6.2.7. Imparidade de ativos.....	45
7.6.2.8. Inventários.....	45
7.6.2.9. Instrumentos financeiros	46
7.6.2.10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	48
7.6.2.11. Regime do acréscimo	48
7.6.2.12. Julgamentos e estimativas	50
7.6.2.13. Principais pressupostos relativos ao futuro	50
7.6.2.14. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.....	51
7.7. Notas às Demonstrações Financeiras.....	52
Nota 3 – Ativos intangíveis	52
Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente	54
Nota 5 – Ativos fixos tangíveis	55
Nota 6 – Locações.....	58
Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos.....	58
Nota 8 – Propriedades de investimento	61
Nota 9 – Imparidades de ativos.....	62
Nota 10 – Inventários	62
Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação.....	63

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação.....	64
Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	65
Nota 18 – Instrumentos financeiros.....	66
Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas	69
7.8. Outras Divulgações.....	69
Nota 21 – Rendimentos e ganhos	69
Nota 22 – Gastos e perdas	69
Nota 23 – Gastos com pessoal	70
Nota 24 – Transferências e subsídios concedidos.....	71
Nota 26 – Depreciações	72
Nota 27 – Fornecimentos e serviços externos	73
Nota 29 – Diferimentos	74
Nota 30 – Alterações do património líquido	74
8. Contabilidade de Gestão	76
9. Anexo às Demonstrações Orçamentais.....	77
9.1. DDORC – Demonstração de Desempenho Orçamental	77
9.2. DODES – Demonstração de Desempenho Orçamental da Despesa	78
9.3. DOREC – Demonstração de Desempenho Orçamental da Receita	78
9.4. DTAS – Dívidas a Terceiros Pro Antiguidade de Saldos	79
9.5. DEPPI – Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos.....	79
9.6. Operações de Tesouraria	80

Nota Introdutória

Por força da aprovação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as entidades autárquicas passaram a adotar obrigatoriamente um novo enquadramento de contabilidade pública, o qual se materializou numa alteração das regras e normas do registo contabilístico.

De acordo com o previsto no ponto 11 do n.º 46 da NCP 26 (Contabilidade e Relato Orçamental) aprovada no referido decreto-lei, as demonstrações de relato a elaborar e a apresentar são a demonstração do desempenho orçamental, as demonstrações de execução orçamental da receita e da despesa), a demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e os anexos às demonstrações orçamentais.

Também em conformidade com o ponto 14 do n.º 6 da NCP 1 (Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras), as componentes das demonstrações financeiras devem incluir o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa, bem como um conjunto de anexos às referidas demonstrações financeiras compreendendo estes um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Neste documento abordam-se os aspetos determinantes da estrutura organizativa da autarquia, quer ao nível político quer ao nível dos recursos humanos. É apresentada uma análise da situação contabilística do Município de Avis a 31 de dezembro de 2024, centrada nas vertentes “orçamental” e “financeira”, reportando os níveis de endividamento e equilíbrio orçamental.

Dos conteúdos tratados destacamos os dados relativos à execução orçamental, através dos quais são disponibilizadas informações detalhadas sobre a execução das receitas e despesas previstas no Orçamento de 2024 e o inerente reflexo na situação financeira do Município.

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros, gráficos e rácios que evidenciam os dados indicados em cada capítulo.

Os documentos apresentados, enquanto instrumentos importantes para a avaliação global e acompanhamento da situação, tanto no domínio orçamental, como no económico e no financeiro, constituem um apoio essencial à gestão autárquica.

Voltamos a expressar que vamos continuar a procurar garantir aos municíipes, uma gestão rigorosa e eficiente dos meios disponíveis, privilegiando a transparência na gestão do erário público para a melhoria das condições de vida da população e o desenvolvimento integrado de todo o concelho.

Enquadramento

Considerando a obrigatoriedade do executivo municipal apresentar, nos termos da alínea I) do n.º 1 do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro, os documentos de prestação de contas do Município à Assembleia Municipal para sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, procedeu-se à elaboração do presente relatório que para além de cumprir o estipulado pela Lei, irá analisar a execução da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Avis, bem como a execução do seu orçamento e do plano plurianual de investimentos ocorrido ao longo do ano económico de 2024.

Os Documentos de Prestação de Contas têm por base a NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental e o Modelo Único da Prestação de Contas da UNILEO (Unidade Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental).

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo (comparabilidade europeia das contas publicas).

O SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Iniciado o desafio em 2020, com a implementação de um novo normativo contabilístico, baseado no princípio do acréscimo e da substância sob a forma e com novos conceitos, como o de controlo de ativo, por exemplo, no 4º ano de implementação do normativo o Município de Avis dá seguimento apresentando os documentos de prestação de contas em conformidade com o novo sistema contabilístico.

O presente relatório analisa os recursos humanos, situação orçamental e económico-financeira do Município no ano de 2024.

1. Organização Municipal e Sistema Organizativo

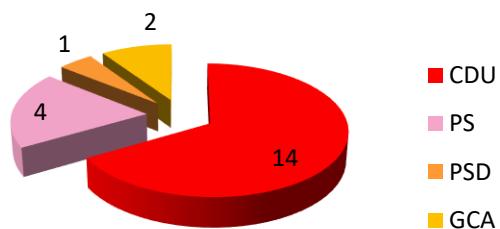
O sistema organizativo do Município de Avis é suportado pela existência de duas estruturas fundamentais, uma de caráter eminentemente político e outra de caráter técnico/administrativo, fortemente relacionadas e interdependentes de cuja articulação decorre a atividade municipal.

1.1. Estrutura Política

A estrutura política do Município assenta em dois órgãos representativos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal é constituída por 21 membros, dos quais 15 são eleitos diretamente como membros da Assembleia Municipal e 6 indiretamente, uma vez que assumem aquela função por inerência do cargo de Presidente de Junta de Freguesia.

Assembleia Municipal

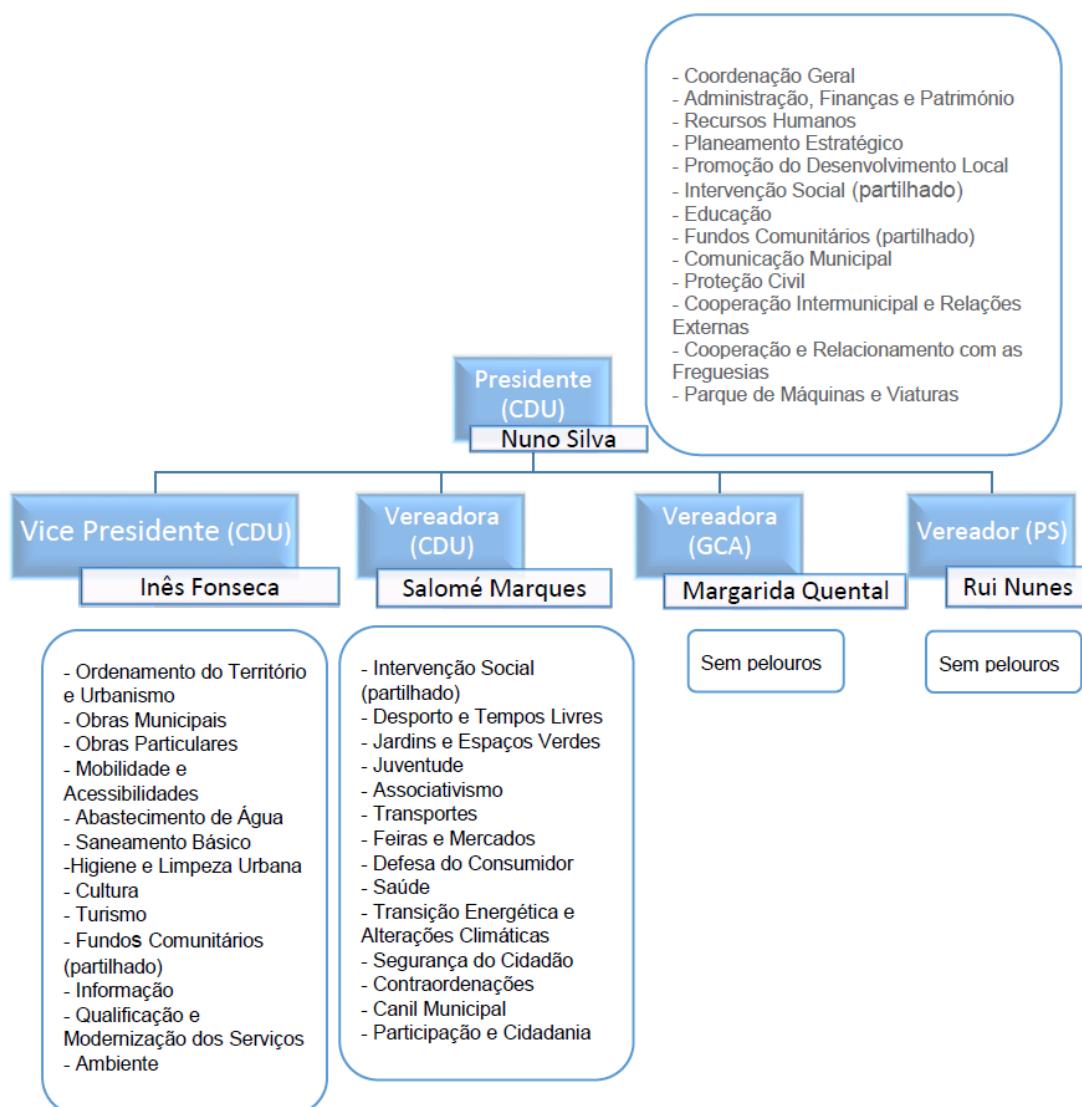


Assembleia Municipal Mandato 16/10/2021 - 2025

A Câmara Municipal é constituída por 5 membros, 1 Presidente e 4 Vereadores, a quem compete, no quadro da descentralização administrativa previamente estabelecida, o grosso da responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

Cabe à Câmara Municipal a supervisão direta das atividades desenvolvidas ao nível dos serviços municipais para a prossecução dos objetivos, programas/atividades e ações que materializam as políticas previamente definidas

Mandato 2021 (16/10/2021) – 2025



1.2. Estrutura Orgânica

Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 25º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e n.º 6 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a Assembleia Municipal de Avis, na sua sessão ordinária de 26/04/2013, na sequência de proposta da Câmara Municipal de Avis, aprovada na sua reunião extraordinária de 17/04/2013, aprovou o modelo de estrutura orgânica, publicada no Diário da República, 2º Série, n.º 112 de 12 de junho de 2013, pelo Despacho n.º 7591/2013.

O modelo de estrutura orgânica rege-se nos seguintes termos:

1 – Modelo de Estrutura: Estrutura hierarquizada.

2 – Composição: Uma Unidade Orgânica Nuclear – (Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos), até três Unidades Orgânicas Flexíveis – (Divisão de Administração Geral, Divisão de Desenvolvimento Sociocultural e Turismo e Unidade de Desenvolvimento Económico, Qualidade e Ambiente), outras Unidades Orgânicas – (Gabinete Municipal de Proteção Civil, Gabinete Técnico Florestal, Gabinete de Informação e Comunicação e Gabinete de Apoio Jurídico) e uma Subunidade Orgânica.

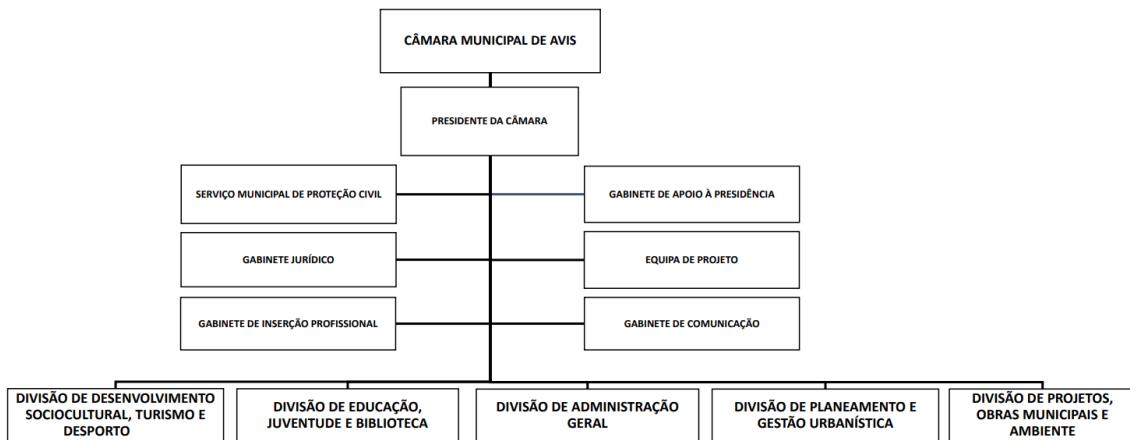
A estrutura orgânica em vigor, até agosto de 2024, é representada pelo seguinte organograma:



A estrutura orgânica dos serviços do Município de Avis, é alterada em 2024 pelo Aviso n.º 18487/2024/2, publicado na 2ª Série do Diário da República n.º 163, de 23/08/2024.

Assim, para os devidos efeitos e conforme disposto no n.º 6 do artigo 10º do Decreto – Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, torna-se público a alteração à Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais de Avis, cujo regulamento foi aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada em 31 de julho de 2024, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião ordinária, realizada em 24 de julho de 2024.

Nos termos do artigo 8º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, a organização dos serviços municipais obedece ao modelo de estrutura hierarquizada constituída por unidades orgânicas flexíveis, estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 9º do Decreto – Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, conforme organograma.



1.3. Recursos Humanos

1.3.1. Estrutura de Recursos

O Município, aprovou em reunião de Câmara de 30/11/2023 e em sessão da Assembleia Municipal de 27/12/2023, o mapa de pessoal para o ano de 2024.

O número de trabalhadores ao serviço no Município de Avis a 31 de dezembro de 2024, totaliza 238 discriminados da seguinte forma:

11 - Dirigentes intermédios

36 - Técnicos superiores

50 - Assistentes técnicos

136 - Assistentes operacionais

3 – Informáticos

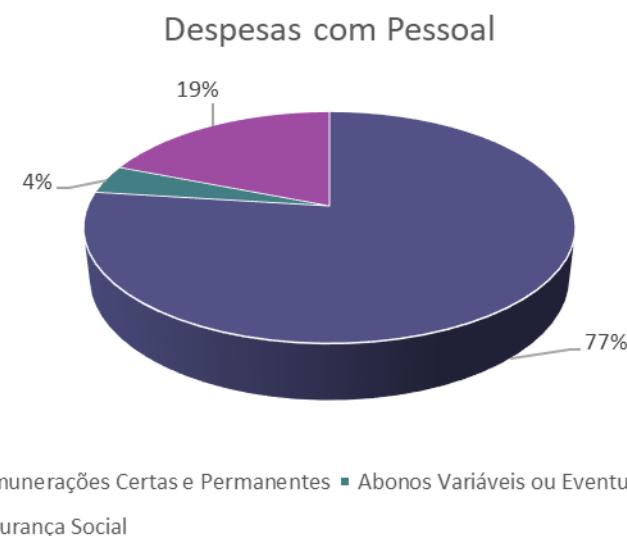
Por força da descentralização de competências na área da educação (incluídos no somatório anterior):

4 – Assistentes Técnicos

22 – Assistentes Operacionais

1.3.2. Análise Financeira

Em 2024 a despesa global com recursos humanos ascendeu a 4.831.888,79€, ou seja, 56% da despesa corrente e 42% da despesa global.



A despesa com pessoal divide-se em três grandes agregados, representando no ano 2024, as remunerações certas e permanentes 77% do valor total, seguindo-se os encargos sociais, com 19% e os abonos variáveis com 4%.

Apresentam-se em termos de comparação com 2021, 2022, e 2023, os valores assumidos pelos principais agregados com as Despesas com Pessoal no ano 2024.

DESPESAS COM PESSOAL	2021	2022	2023	2024	variação
Remunerações Certas e Permanentes	2 867 524,13 €	3 035 893,52 €	3 275 037,94 €	3 728 050,98 €	453 013,04 €
Abonos Variáveis ou Eventuais	100 238,10 €	138 023,03 €	151 287,91 €	188 862,80 €	37 574,89 €
Segurança Social	860 238,72 €	921 652,12 €	923 928,66 €	914 975,01 €	- 8 953,65 €
Total	3 828 000,95 €	4 095 568,67 €	4 350 254,51 €	4 831 888,79 €	481 634,28 €

As despesas com pessoal tiveram assim a evolução apresentada no seguinte quadro e representação gráfica.

Evolução das Despesas com Pessoal



O aumento de despesas com pessoal verificado em 2024, resulta essencialmente por força de novas contratações que ocorreram durante o ano.

Despesas com Pessoal Descentralização - Educação		2024
Remunerações Certas e Permanentes		318 444,76 €
Abonos Variáveis ou Eventuais		422,44 €
Encargos Sociais		70 763,55 €
Total		389 630,75 €

2. Relato Orçamental e Financeiro

2.1. Análise Orçamental

2.1.1. Orçamento

O Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2024, foram preparados de acordo com os princípios da NCP 26, aprovados pelo órgão executivo em 30 de novembro de 2023 e pelo órgão deliberativo a 27 de dezembro de 2023. Apresentava valores iniciais de receita e de despesa de 15.835.820€.

Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de alterações orçamentais, modificativa ou permutativa, sendo que o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar alteração orçamental modificativa (anterior revisão), salvo em casos excepcionais previstos na lei (pontos 8.3.1.2. e 8.3.1.3. do POCAL), que se mantém em vigor em 2024.

Rubrica	DOREC Designação	Previsões Corrigidas	Execução	Grau Exec. %	Estrutura %	Rubrica	DODES Designação	Previsões Corrigidas	Execução	Grau Exec. %	Estrutura %
R1	Impostos Diretos	639 449,00 €	626 834,36 €	98%	5%	D1	Despesas com o pessoal	4 962 394,30 €	4 831 888,79 €	97%	42%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	92 365,00 €	67 697,42 €	73%	0,34%	D2	Aquisição de bens e serviços	3 930 210,72 €	3 114 247,12 €	79%	27%
R4	Rendimentos de propriedade	370 950,00 €	279 174,59 €	75%	2%	D3	Juros e outros encargos	48 169,00 €	26 412,17 €	55%	0,23%
R5	Transferências e subsídios correntes	7 634 432,00 €	7 591 314,12 €	99%	56%	D4	Transferências e subsídios correntes	626 197,00 €	584 320,78 €	93%	5%
R6	Venda de bens e serviços	1 011 541,00 €	826 129,96 €	82%	6%	D5	Outras despesas correntes	134 321,00 €	112 572,15 €	84%	1%
R7	Outras receitas correntes	71 120,00 €	64 129,81 €	90%	0,47%	D6	Aquisição de bens de capital	5 297 545,00 €	2 662 399,17 €	50%	23%
R8	Venda de bens de investimento	62 700,00 €	56 340,22 €	90%	21%	D7	Transferências e subsídios de capital	171 200,00 €	163 048,75 €	95%	1%
R9	Transferências e subsídios de capital	4 032 463,00 €	2 883 990,65 €	72%	21%	D8	Outras despesas de capital	10 100,00 €		0%	0%
R10	Outras receitas de capital	800,00 €	703,64 €	0%	0%	D10	Despesa com passivos financeiros	79 761,50 €	79 759,91 €	100%	1%
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	20 000,00 €	- €	0%	0,00%						
R13	Receita com passivos financeiros	201 300,00 €	- €	0%	0%						
R14	Saldo da Gerência Anterior	1 122 778,52 €	1 122 778,52 €	100%							
Total		15 259 898,52 €	13 519 093,29 €	88%				15 259 898,52 €	11 574 648,84 €	73%	

Ao longo do ano 2024 realizaram-se 16 alterações permutativas e 3 alterações modificativas ao orçamento da despesa refletindo-se no Plano Plurianual de Investimentos 15 alterações permutativas e 2 alterações modificativas. No orçamento da receita foram efetuadas 5 alterações permutativas e 2 alterações modificativas. A incorporação do saldo orçamental da gerência anterior, no montante de 1.214.729,13€, aprovada pelo órgão executivo em 24/04/2024 e pelo órgão deliberativo em 30/04/2024, pela alteração modificativa número 2.

Do confronto de receitas e despesas realizadas, apurou-se em 31/12/2024, um saldo para a gerência seguinte de 1.998.069,79€, dos quais 1.944.444,45€ de operações orçamentais e

53.625,34€ de operações de tesouraria. Por alteração modificativa (revisão orçamental), foi incorporado, em 2024, o saldo orçamental da gerência do ano anterior (2023) no valor de 1.122.778,52€. Do total do saldo da gerência anterior, foi afeto ao reforço de despesas correntes o valor de 565.778,52€, pelo que, nos termos do n.º 5 do artigo 40º do REFALEI será este o valor que contará para efeito de avaliação do equilíbrio orçamental. O saldo de gerência orçamental que transita para 2025 é de **1.944.444,45€**.

Da comparação das Receitas e Despesas globais constatamos que, em 2024, o valor das receitas cobradas (13.519.093,29€) foi superior ao das Despesas pagas (11.574.648,84€), gerando um saldo orçamental positivo de **1.944.444,45€**.

Em 2024, as Receitas Correntes (9.455.280,26€) superaram as Despesas Correntes (8.669.441,01€), gerando, assim, uma poupança corrente positiva de **785.839,25 €**.

2.1.2. Equilíbrio Orçamental

Nos termos do n.º 2 do artigo 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. De acordo com o quadro seguinte, o Município de Avis cumpriu a regra do equilíbrio orçamental, ou seja, a receita corrente bruta acrescida da parte do saldo de gerência afeta a despesas correntes é superior à soma da despesa corrente com as amortizações médias de empréstimos no valor de **1.284.413,45€**.

Equilíbrio Orçamental 2024	
Receita Corrente Bruta Cobrada	9 471 265,71 €
Saldo de Gerência a)	565 778,52 €
Despesa Corrente Paga	8 669 441,01 €
Amortização Média dos Empréstimos	83 189,77 €
Excedente 1 284 413,45 €	

a) nos termos do n.º 5 do artigo 40º da Lei 73/2013, concorre para o cálculo do equilíbrio orçamental a proporção do saldo de gerência que se destine a financiar despesa corrente

2.1.3. Receita Orçamental

A receita total cobrada líquida em 2024 atingiu 13.519.093,29€, (9.455.280,26€ de receitas correntes, 2.941.034,51€ de receita de capital, e 1.122.778,52€ de outras receitas onde se inclui o saldo de gerência anterior), continuando assim o limite imposto para o cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 56º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.

Do total de 12.396.314,77€ da receita efetiva, 11.174.422,27€ tiveram origem em receitas próprias e 1.221.892,50€ em financiamentos comunitários.

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTE DE FINANCIAMENTO (n)						2023
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
	Saldo de gerência anterior	488 876,96 €		633 901,56 €		51 522,88 €	1 174 301,40 €	1 260 153,16 €
	Operações orçamentais [1]	488 876,96 €		633 901,56 €			1 122 778,52 €	1 214 729,13 €
	Receita corrente	9 332 208,74 €		123 071,52 €			9 455 280,26 €	8 680 440,23 €
R1	Receita fiscal	626 834,36 €					626 834,36 €	792 437,97 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	67 697,42 €					67 697,42 €	57 811,41 €
R4	Rendimentos de propriedade	279 174,59 €					279 174,59 €	388 984,56 €
R5	Transferências e subsídios correntes	7 468 242,60 €		123 071,52 €			7 591 314,12 €	6 568 533,52 €
R6	Venda de bens e serviços	826 129,96 €					826 129,96 €	776 119,30 €
R7	Outras receitas correntes	64 129,81 €					64 129,81 €	96 553,47 €
	Receita de capital	1 842 213,53 €		1 098 820,98 €			2 941 034,51 €	4 824 034,24 €
R8	Venda de bens de investimento	56 340,22 €					56 340,22 €	20 667,50 €
R9	Transferências e subsídios de capital	1 785 169,67 €		1 098 820,98 €			2 883 990,65 €	4 803 366,74 €
R10	Outras receitas de capital	703,64 €					703,64 €	
	Receita efetiva [2]	11 174 422,27 €		1 221 892,50 €			12 396 314,77 €	13 504 487,07 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos							12,60 €
	Receita não efetiva [3]							
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros							
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	11 663 299,23 €		1 855 794,06 €			13 519 093,29 €	14 719 216,20 €

Foi cobrado um total de 826.092,63€ relativo a receitas de anos anteriores e o valor por cobrar no final do período é de 225.987,90€.

Classificação	Designação	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Receitas anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Receita por cobrar no final do período
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	
	Receita corrente	9 819 857,00 €	245 331,72 €	9 566 070,45 €	130 134,01 €	9 471 265,71 €	15 985,45 €	15 985,45 €	80 813,62 €	9 374 466,64 €	9 455 280,26 €	225 987,90 €
R1	Receita fiscal	639 449,00 €		639 530,61 €	12 696,25 €	639 530,61 €	12 696,25 €	12 696,25 €	12 696,25 €	626 834,36 €	626 834,36 €	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde											
R3	Taxas, multas e outras penalidades	92 365,00 €	13 470,58 €	68 512,92 €	4 509,52 €	67 794,92 €	97,50 €	97,50 €	5 616,22 €	62 081,20 €	67 697,42 €	9 776,56 €
R4	Rendimentos de propriedade	370 950,00 €	4 737,96 €	352 588,30 €		279 174,59 €			4 737,96 €	274 436,63 €	279 174,59 €	78 151,76 €
R5	Transferências e subsídios correntes	7 634 432,00 €	51 749,13 €	7 594 065,87 €	32 200,88 €	7 594 065,87 €	2 751,75 €	2 751,75 €	7 591 314,12 €	7 591 314,12 €	22 500,00 €	
R6	Venda de bens e serviços	1 011 541,00 €	175 050,69 €	847 117,90 €	80 302,41 €	826 144,96 €	15,00 €	15,00 €	70 159,44 €	755 970,52 €	826 129,96 €	115 536,22 €
R7	Outras receitas correntes	71 120,00 €	323,36 €	64 254,76 €	424,95 €	64 558,76 €	424,95 €	424,95 €	300,00 €	63 829,81 €	64 129,81 €	23,36 €
	Receita de capital	4 297 263,00 €	580 760,91 €	3 223 717,84 €	863 444,24 €	3 255 538,51 €	314 504,00 €	314 504,00 €	31 932,90 €	2 909 301,61 €	2 941 034,51 €	
R8	Venda de bens de investimento	62 700,00 €		56 452,45 €		112,23 €	56 340,22 €	56 340,22 €				
R9	Transferências e subsídios de capital	4 032 463,00 €	580 760,91 €	3 166 561,75 €	863 332,01 €	3 198 494,65 €	314 504,00 €	314 504,00 €	31 932,90 €	2 852 057,75 €	2 883 990,65 €	
R10	Outras receitas de capital	800,00 €			703,64 €		703,64 €			703,64 €	703,64 €	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	20 000,00 €										
R12	Receita com ativos financeiros											
R13	Receita com passivos financeiros	201 300,00 €										
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	1 122 778,52 €		1 122 778,52 €		1 122 778,52 €				1 122 778,52 €	1 122 778,52 €	
	Total:	15 259 898,52 €	826 092,63 €	13 912 566,81 €	993 578,25 €	13 849 582,74 €	330 489,45 €	330 489,45 €	112 746,52 €	13 406 346,77 €	13 519 093,29 €	225 987,90 €

2.1.4. Despesa Orçamental

O orçamento teve uma execução na despesa de 11.574.648,84€ o que representa uma execução de 73% das dotações.

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTE DE FINANCIAMENTO (n)					2023
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	
	Despesa corrente	8 669 441,01 €					8 669 441,01 € 7 867 542,73 €
D1	Despesas com o pessoal	4 831 888,79 €					4 831 888,79 € 4 350 254,51 €
D2	Aquisição de bens e serviços	3 114 247,12 €					3 114 247,12 € 2 798 531,70 €
D3	Juros e outros encargos	26 412,17 €					26 412,17 € 23 764,81 €
D4	Transferências e subsídios correntes	584 320,78 €					584 320,78 € 601 312,81 €
D5	Outras despesas correntes	112 572,15 €					112 572,15 € 93 678,90 €
	Despesa de capital	2 423 443,20 €		402 004,72 €			2 825 447,92 € 5 579 684,49 €
D6	Aquisição de bens de capital	2 260 394,45 €		402 004,72 €			2 662 399,17 € 5 299 208,41 €
D7	Transferências e subsídios de capital	163 048,75 €					163 048,75 € 280 476,08 €
D8	Outras despesas de capital						
	Despesa efetiva [5]	11 092 884,21 €		402 004,72 €			11 494 888,93 € 13 447 227,22 €
	Despesa não efetiva [6]	79 759,91 €					79 759,91 € 149 210,46 €
D9	Despesa com ativos financeiros						
D10	Despesa com passivos financeiros	79 759,91 €					79 759,91 € 149 210,46 €
	Soma [7]=[5]+[6]	11 172 644,12 €		402 004,72 €			11 574 648,84 € 13 596 437,68 €
	Despesa total [5] + [6]	11 172 644,12 €		402 004,72 €			11 574 648,84 € 13 596 437,68 €

Em 2024, do total da despesa paga 75% corresponde a despesa corrente e 25% a despesa de capital.

Do saldo de compromissos a transitar 2.597.971,29€, 2.010.762,82€ respeita a despesa de capital e 587.208,47€ a despesa corrente.

Foram pagas despesas transitadas de anos anteriores no valor de 376.000,84€. Em 2024 transitam obrigações por pagar no total de 760.992,82€.

Rubrica	Designação	Despesa por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
							(6)	(7)	(8) = (6) + (7)		
	Despesa corrente	253 072,28 €	9 702 552,02 €		9 664 432,17 €	9 077 223,70 €	252 830,11 €	8 416 610,90 €	8 669 441,01 €	587 208,47 €	407 782,69 €
D1	Despesas com o pessoal	103 234,87 €	4 962 394,30 €	4 955 952,42 €	4 953 320,25 €	103 091,97 €	4 728 796,82 €	4 831 888,79 €	2 632,17 €	121 431,46 €	
D2	Aquisição de bens e serviços	144 105,43 €	3 931 470,72 €	3 915 705,21 €	3 373 831,01 €	144 006,16 €	2 970 240,96 €	3 114 247,12 €	541 874,20 €	259 583,89 €	
D3	Juros e outros encargos	48 169,00 €		43 418,08 €	26 887,97 €		26 412,17 €	26 412,17 €	16 530,11 €	475,80 €	
D4	Transferências e subsídios correntes	570,00 €	626 197,00 €	619 148,62 €	596 024,11 €	570,00 €	583 750,78 €	584 320,78 €	23 124,51 €	11 703,33 €	
D5	Outras despesas correntes	5 161,98 €	134 321,00 €	130 207,84 €	127 160,36 €	5 161,98 €	107 410,17 €	112 572,15 €	3 047,48 €	14 588,21 €	
	Despesa de capital	165 261,05 €	5 557 346,50 €	5 269 180,78 €	3 258 417,96 €	123 770,73 €	2 781 437,10 €	2 962 207,83 €	2 010 762,82 €	353 210,13 €	
D6	Aquisição de bens de capital	140 097,30 €	5 296 285,00 €	5 026 371,12 €	3 015 609,30 €	98 606,98 €	2 563 792,19 €	2 662 399,17 €	2 010 761,82 €	353 210,13 €	
D7	Transferências e subsídios de capital	25 163,75 €	171 200,00 €	163 048,75 €	163 048,75 €	25 163,75 €	137 885,00 €	163 048,75 €			
D8	Outras despesas de capital		10 100,00 €								
D9	Despesa com ativos financeiros										
D10	Despesa com passivos financeiros		79 761,50 €	79 760,91 €	79 759,91 €		79 759,91 €	79 759,91 €	1,00 €		
	Total:	418 333,33 €	15 259 898,52 €	14 933 612,95 €	12 335 641,66 €	376 600,84 €	11 198 048,00 €	11 574 648,84 €	2 597 971,29 €	760 992,82 €	

2.1.5. Execução do Plano Plurianual de Investimento

No exercício de 2024 o Plano Plurianual de Investimentos teve uma execução de 2.662.399,17€, o que representa cerca de 50% do total previsto. Em 2023, esta percentagem tinha sido de 73% com um valor de 5.299.208,41€, o mais representativo dos últimos anos.

Destaca-se, entre outros, o valor executado nos seguintes investimentos em 2024:

- Aquisição de equipamento de transporte (2 carrinhas de 9 lugares), no montante de 65.147,87€;
- Aquisição de equipamento de transporte (5 viaturas ligeiras), no montante de 84.951,33€;
- Aquisição de trator agrícola, no montante de 72.885€;
- Aquisição de contentores, no montante de 35.916€;
- Aquisição de compostores, no montante de 15.847,94€;
- Projeto de arquitetura e arranjos exteriores da ERPI de Figueira e Barros, no montante de 63.929,25€;
- Empreitada da Casa Mortuária de Avis, no montante de 58.945,37€;
- Empreitada de reabilitação dos reservatórios de águas do Município de Avis, no montante de 200.201,66€;
- Empreitada de modernização do Mercado Municipal, no montante de 46.442,18€
- Plano de Valorização do Clube Náutico – Projeto de Melhoria das Condições à Prática de Desportos, no montante de 508.866,61€;
- Remodelação e beneficiação das Piscinas Municipais de Avis (arranjos exteriores), no montante de 58.416,57€;
- Construção do novo quartel da GNR, no montante de 310.302,35€;
- Requalificação da Escola E B 2 3 Mestre de Avis, no montante de 834.232,79€.

**DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS**



2024

Objetivo	Designação do projeto	Grupo de Fontes de Financiamento				Montante Previsto			Montante Executado		
		R G	R P	U E	EMPR	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total
[1]	[3]	[6]	[7]	[8]	[9]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]
1	Funções gerais		537 678,00 €			537 678,00 €	569 300,00 €	1 106 978,00	732 699,89	319 117,80	1 051 817,69
1.1.	Serviços gerais de administração pública		537 678,00 €			537 678,00 €	569 300,00 €	1 106 978,00	732 699,89	319 117,80	1 051 817,69
2	Funções sociais	1 436 020,00 €	2 603 885,00 €			4 039 905,00 €	9 584 334,00 €	13 624 239,00	7 127 944,22	1 823 899,06	8 951 843,28
2.1.	educação	16 000,00 €	2 448 645,00 €			2 464 645,00 €	1 148 200,00 €	3 612 845,00	2 986 512,81	834 232,79	3 820 745,60
2.3.	Segurança e ação sociais	81 000,00 €				81 000,00 €	712 000,00 €	793 000,00	1 472 804,43	5 473,50	1 478 277,93
2.4.	Habitação e serviços colectivos	649 370,00 €	155 240,00 €			804 610,00 €	7 539 134,00 €	8 343 744,00	1 449 336,78	412 474,34	1 861 811,12
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	689 650,00 €				689 650,00 €	185 000,00 €	874 650,00	1 219 290,20	571 718,43	1 791 008,63
3	Funções económicas	175 253,00 €	214 449,00 €			389 702,00 €	1 378 900,00 €	1 768 602,00	280 465,17	209 179,96	489 645,13
3.2.	Indústria e energia	6 000,00 €				6 000,00 €	194 616,25 €	200 616,25	34 919,05		34 919,05
3.3.	Transportes e comunicações	167 753,00 €	214 449,00 €			382 202,00 €	953 283,75 €	1 335 485,75	245 546,12	209 179,96	454 726,08
3.5.	Outras funções económicas	1 500,00 €				1 500,00 €	231 000,00 €	232 500,00			
4	Outras funções		329 000,00 €			329 000,00 €		329 000,00	956 222,12	310 202,35	1 266 424,47
4.2.	Transferências entre administrações		329 000,00 €			329 000,00 €		329 000,00	956 222,12	310 202,35	1 266 424,47
	Total:	2 148 951,00 €	3 147 334,00 €			5 296 285,00 €	11 532 534,00 €	16 828 819,00 €	9 097 331,40 €	2 662 399,17 €	11 759 730,57 €

2.1.6. Indicadores Orçamentais

	2024		2023	
Receita Total + Saldo de Gerência	13 519 093,29 €		14 719 216,20 €	
Despesa Total Paga	11 574 648,84 €	1,17%	13 596 437,68 €	1,08%
Receita Corrente Cobrada	9 455 280,26 €		8 566 719,95 €	
Despesa Corrente Paga	8 669 441,01 €	1,09%	7 867 542,73 €	1,09%
Receita de Capital Cobrada	2 941 034,51 €		4 807 601,60 €	
Despesa de Capital Paga	2 662 399,17 €	1,10%	5 728 894,95 €	0,84%
Impostos Diretos	626 834,36 €		792 437,97 €	
Receita Total	12 396 314,77 €	0,05%	13 374 334,15 €	0,06%
Pessoal	4 831 888,79 €		4 350 254,51 €	
Fundos Municipais Correntes	6 529 467,79 €	0,74%	5 573 173,00 €	0,78%

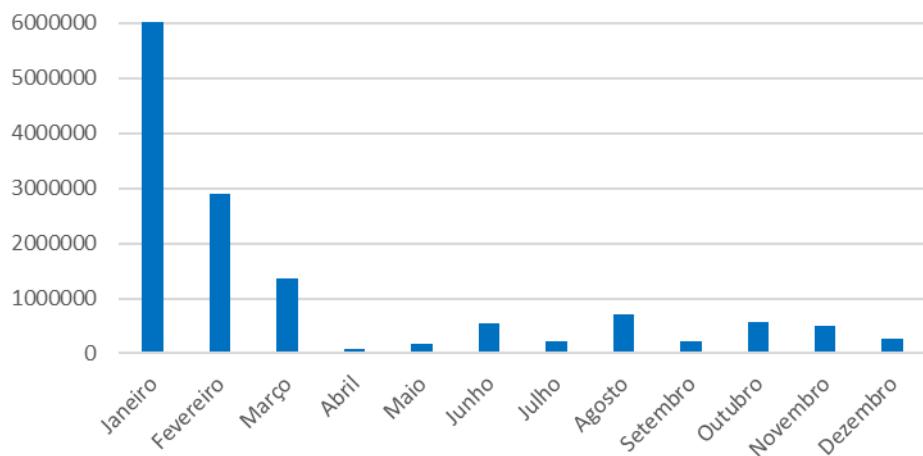
2.1.7. Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)

A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. O objetivo primordial desta lei é o controlo da execução orçamental e, em particular, da despesa pública constituindo um elemento crítico para garantir o cumprimento das metas orçamentais.

A Câmara Municipal de Avis, aprovou, nos termos do n.º 6 artigo 85º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, a exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Assim, os serviços municipais continuaram a calcular mensalmente os fundos disponíveis, como ferramenta de gestão, conforme se demonstra no gráfico seguinte.

Fundos Disponíveis



Por sua vez, o artigo 7º da LCDA, estabelece que a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso. Esta disposição legal foi cumprida durante o ano de 2024.

2.2. Análise Económico – Financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do SNC-AP.

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados.

2.2.1. Análise ao Balanço

O total do Ativo fixou-se em **48.793.289,66€** o que significa um aumento de 313.962,41€ face ao ano anterior. De seguida apresenta-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Rubricas	Notas	Datas	
		2024	2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	45 979 767,65 €	45 855 229,91 €
Propriedades de investimento	8	45 312 150,49 €	45 179 448,05 €
Ativos intangíveis	3	146 367,15 €	153 125,55 €
Participações financeiras	18	1 829,62 €	3 235,92 €
Outros ativos financeiros		519 373,00 €	519 373,00 €
		47,39 €	47,39 €
Ativo corrente			
Inventários	10	2 813 522,01 €	2 624 097,34 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	95 831,88 €	117 309,68 €
Clientes, contribuintes e utentes	18	80 840,05 €	630 372,85 €
Estado e outros entes públicos	18	35 237,33 €	162 886,26 €
Outras contas a receber	18	126 913,49 €	132 570,58 €
Diferimentos	29	436 908,29 €	325 846,60 €
Caixa e depósitos	11	39 721,18 €	80 809,97 €
		1 998 069,79 €	1 174 301,40 €
Total Ativo		48 793 289,66 €	48 479 327,25 €

Os ativos fixos tangíveis representam 93% do total do ativo tal como em 2023. Não se verifica variação percentual.

Os ativos intangíveis registaram uma redução de 1.406,30€ no valor escruturado, resultante de amortizações.

A participação financeira mantém o seu montante inalterável.

O ativo corrente reflete um aumento de 7% relativamente a 2023.

O saldo de disponibilidades, com um peso de 71% no ativo corrente reflete o seu peso determinante na componente corrente do ativo.

O Total do Património Líquido é de **41.040.117,96€**.

Rubricas	Notas	Datas	
		2024	2023
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido			
Património/Capital	30	65 413 899,17 €	65 413 899,17 €
Resultados transitados	30	-34 977 559,04 €	-32 911 670,68 €
Outras variações no património líquido	30	12 512 762,05 €	11 529 817,08 €
Resultado líquido do período	30	-1 908 984,22 €	-2 065 888,36 €
Total Património Líquido		41 040 117,96 €	41 966 157,21 €

Em relação ao passivo, o Município de Avis fechou o ano com um valor **7.753.171,70€**.

Rubricas	Notas	Datas	
		2024	2023
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	1 423 198,08 €	1 332 492,26 €
Financiamentos obtidos	25	100 121,52 €	100 121,52 €
Diferimentos	29	210 937,50 €	284 313,89 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	1 112 139,06 €	948 056,85 €
Fornecedores	18	12 863,33 €	27 323,37 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	496 545,82 €	149 671,42 €
Estado e outros entes públicos	18	77 905,51 €	77 905,51 €
Financiamentos obtidos	25	121 377,15 €	100 527,01 €
Fornecedores de investimentos	18	73 359,49 €	79 743,01 €
Outras contas a pagar	18	130 938,65 €	140 097,30 €
Diferimentos	29	955 770,85 €	701 029,50 €
Total Passivo		4 461 212,82 €	3 904 380,66 €
		7 753 171,70 €	6 513 170,04 €

Comparado com o período homólogo, o passivo não corrente aumenta em 1.240.001,66€. Foram mantidas as provisões no valor de 100.121,52€ para dar cobertura a processos judiciais que ainda se encontram em curso. O passivo corrente 6.329.973,62€, constituído por fornecedores, estado e outros entes públicos, financiamentos obtidos, fornecedores de investimentos, outras contas a pagar e diferimentos aumenta em cerca de 1,149 milhões de euros.

2.2.2. Análise à Demonstração de Resultados

A demonstração dos resultados apresenta uma síntese da situação financeira baseada na estrutura de gastos e rendimentos de diversas naturezas.

Os Rendimentos do exercício fixaram-se em 10.631.037,61€ e os Gastos em 12.540.021,83€. O Resultado Líquido do Exercício negativo traduz-se no valor de 1.908.984,22€, o que resulta numa redução de 156.904,14€ face a 2023.

O RLE é influenciado pelo facto das transferências de capital da Participação dos Impostos do Estado (PIE), FEF de capital e art.º 35º, transitam da DR para o Património Líquido, em POCAL estas rúbricas relevam para o resultado na sua plenitude. Em SNC – AP apenas releva na proporção da sua especialização em função dos ativos que financiou. Em 2024 de 1.528.561,59€ releva apenas 215.172,80€.

Rubricas	Notas	Datas	
		2024	2023
Impostos, contribuições e taxas	14 / 21	669 143,11 €	747 572,52 €
Vendas	13 / 21	368 829,97 €	425 898,31 €
Prestações de serviços e concessões	13 / 21	946 257,86 €	1 040 509,20 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13 / 21	7 572 109,15 €	6 620 282,65 €
Prestações Sociais			
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	10	-779 618,02 €	-708 974,38 €
Fornecimentos e serviços externos	22	-2 466 778,86 €	-2 143 576,45 €
Gastos com pessoal	22 / 23	-5 187 214,88 €	-4 492 984,49 €
Transferências e subsídios concedidos	22 / 24	-576 687,12 €	-765 933,21 €
Prestações sociais	22 / 25	-61 573,00 €	-67 572,27 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-49 599,89 €	-21 127,40 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	-30 000,00 €
Outros rendimentos	21	1 074 646,60 €	827 068,86 €
Outros gastos	22	-463 605,54 €	-399 787,49 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		1 045 909,38 €	1 031 375,85 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	26	-2 912 435,74 €	-3 063 878,96 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-1 866 526,36 €	-2 032 503,11 €
Juros e rendimentos similares obtidos	21	50,92 €	3 185,55 €
Juros e gastos similares suportados	22	-42 508,78 €	-36 570,80 €
Resultado antes de impostos		-1 908 984,22 €	-2 065 888,36 €
Resultado líquido do período		-1 908 984,22 €	-2 065 888,36 €

Pela análise aos gastos de 2024, podemos concluir que houve um crescimento de cerca de 809 mil euros face a 2023, influenciado pelo crescimento de diversos gastos, nomeadamente gastos

com pessoal, alugueres de equipamentos, limpeza higiene e conforto e taxas reguladas pela ERSAR.

Em relação aos rendimentos, em 2024 verifica-se, simultaneamente, um aumento face a 2023 no valor de cerca de 966 mil euros.

A rúbrica das transferências e subsídios aumentam nomeadamente por força da transferência no âmbito do n.º 5 art.º 35, do RFALEI, na atual redação.

2.2.3. Indicadores Económico – Financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros:

Indicador	Rácio	2024	2023
Autonomia Financeira	Património Líquido Ativo	41 040 117,96 € 48 793 289,66 €	0,84% 41 966 157,21 € 48 479 327,25 €
Solvabilidade	Património Líquido Passivo	41 040 117,96 € 7 753 171,70 €	5,29% 41 966 157,21 € 6 513 170,04 €
Liquidez geral	Ativo Corrente Passivo Corrente	2 813 522,01 € 6 329 973,62 €	0,44% 2 624 097,34 € 5 180 677,78 €
Liquidez reduzida	Ativo Corrente - Inventários Passivo Corrente	2 717 690,13 € 6 329 973,62 €	0,43% 2 506 787,66 € 5 180 677,78 €
Liquidez imediata	Disponibilidades Passivo Corrente	1 998 069,79 € 6 329 973,62 €	0,32% 1 174 301,40 € 5 180 677,78 €
Rendimentos do Património Líquido	Resultado Líquido Património Líquido	-1 908 984,22 € 41 040 117,96 €	-0,05% -2 065 888,36 € 41 966 157,21 €

2.2.4. Prazo Médio de Pagamentos

O prazo médio de pagamentos do Município de Avis, é no final de 2024 de 19 dias. No final de 2023 era de 6 dias.

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2^a série Parte C.

2.2.5. Endividamento Municipal

A Lei n.º 73/2013 estabeleceu um novo conceito de endividamento, que é a dívida total de operações orçamentais. Tem como objetivo retirar do cálculo do montante da dívida da autarquia os valores resultantes de operações não orçamentais, como por exemplo as cauções.

O limite da dívida total é calculado por 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

No quadro seguinte apresentamos a situação no ano de 2024 do Município de Avis face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2024, não excede o limite de endividamento:

Capacidade de Endividamento				
Receita corrente		01/01/2024	31/12/2024	01/01/2025
2024				9 455 280,26 €
2023		8 111 464,86 €	8 111 464,86 €	8 111 464,86 €
2022		7 627 123,02 €	7 627 123,02 €	7 627 123,02 €
2021		7 093 877,69 €	7 093 877,69 €	
Média		7 610 821,86 €	7 610 821,86 €	8 397 956,05 €
Limite		11 416 232,79 €	11 416 232,79 €	12 596 934,07 €
Passivo				
20.2		27 323,37 €	12 863,33 €	12 863,33 €
20.4		- €	- €	- €
21.8		- €	- €	- €
22.1		149 671,42 €	274 274,34 €	274 274,34 €
22.2		- €	- €	- €
22.5		- €	- €	- €
22.6		- €	222 271,48 €	222 271,48 €
23.		- €	2 569,57 €	2 569,57 €
24.2		21 257,45 €	25 353,56 €	25 353,56 €
24.3		- €	- €	- €
24.4		43,07 €	70,53 €	70,53 €
24.5		79 226,49 €	95 953,06 €	95 953,06 €
24.9		- €	- €	- €
25.		364 056,90 €	284 296,99 €	284 296,99 €
27.1		140 097,30 €	130 938,65 €	130 938,65 €
27.2.2		647 964,85 €	887 876,23 €	887 876,23 €
27.5		- €	- €	- €
27.6		77 905,51 €	77 905,51 €	77 905,51 €
27.7		50 341,91 €	51 254,90 €	51 254,90 €
27.8.5		981,18 €	1 163,83 €	1 163,83 €
27.8.9.02		- €	- €	- €
28.2.2		3 904 380,66 €	4 461 212,82 €	4 461 212,82 €
29.		100 121,52 €	100 121,52 €	100 121,52 €
Passivo Total		5 563 371,63 €	6 628 126,32 €	6 628 126,32 €
Exencionado	25.1.1.2.1.1.2	25.1.1.2.2.1.2	0,00	0,00 €
Credores por acréscimos			-647 964,85 €	-887 876,23 €
Rendimentos a Reconhecer			-3 904 380,66 €	-4 461 212,82 €
Provisões			-100 121,52 €	-100 121,52 €
Operações de Tesouraria			-51 522,88 €	-53 625,34 €
Endividamento		859 381,72 €	1 125 290,41 €	1 125 290,41 €
Entidades que relevam				
Entidades que relevam				
Entidades que relevam				
Entidades que relevam				
Total das entidades que relevam				
Margem			10 556 851,07 €	10 290 942,38 €
Margem disponível 01-01-2023	40%		4 222 740,43 €	
Margem disponível 31-12-2024				3 956 831,74 €
Margem a 31-12-2024				11 471 643,66 €
Margem disponível 01-01-2025	40%			4 588 657,46 €
Nível face à média			73,1%	87,1%
				78,9%

No quadro apresentado, a capacidade de endividamento em 01/01/2025 está condicionada pelo empréstimo autorizado em 2024 que aguarda visto do TdC (Tribunal de Contas). Assim e, tendo em conta que o empréstimo referente à Empreitada de Requalificação da Escola E B 2 3 Mestre de Avis, no valor de 1.000.000,00€, foi visado pelo TdC em 25/02/2025, a margem disponível é reduzida para cerca de 3,5 milhões de euros para contracção de novos empréstimos.

Nota: O quadro apresentado não considera o impacto no endividamento das Associações de Municípios, e Participadas pelo motivo que à data as suas contas não são conhecidos pelo município.

3. Transferência de Competências

Lei n.º 50/2018, de 16/08 – Lei quadro de transferência de competências para as autarquias locais e comunidades intermunicipais

Pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, foram transferidas para os municípios competências em diversos domínios cujo exercício se encontra na plena disponibilidade dos municípios desde 1 de janeiro de 2021, com exceção da Educação e Ação Social.

No caso concreto das competências transferidas no âmbito da Educação, foi ainda possível a opção pelo não exercício em 2021, considerando-se transferidas até 31 de março de 2022. O Município assumiu esta competência em 01/04/2022.

No que respeita à Ação Social, foi possibilitada a prorrogação do prazo de transferência até 1 de janeiro de 2023. Apesar desta prorrogação, o Município assumiu a transferência em novembro de 2022, com a concretização do Protocolo celebrado com o CRIP'S.

3.1. Área da Educação

O Decreto Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na atual redação, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação.

Assim os municípios têm competências no planeamento, na gestão e na realização de investimentos em matéria de educação, que se traduzem nas seguintes competências específicas:

- a) Elaboração carta educativa;

- b) Elaboração do plano de transportes escolares;
- c) Construção, requalificação e modernização de edifícios escolares, em execução do planeamento definido pela carta educativa respetiva;
- d) Aquisição de equipamento de edifício escolar;
- e) Realização de intervenções de conservação, manutenção e pequena reparação em estabelecimentos da educação pré-escolar e de ensino básico e secundário;
- f) Desenvolver a ação social escolar;
- g) Gestão do fornecimento de refeições em refeições escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- h) Organização e controlo do funcionamento dos transportes escolares da área de residência dos alunos, nos termos definidos no respetivo plano de transportes intermunicipal;
- i) Gestão e funcionamento das residências escolares que integram a rede oficial de residências para estudantes;
- j) Gestão e funcionamento das modalidades de colocação junto de famílias de acolhimento e alojamento facultado por entidades privadas, mediante estabelecimento de acordos de cooperação;
- k) Promoção e implementação de medidas de apoio à família que garantam a escola a tempo inteiro;
- l) Recrutamento e seleção de pessoal não docente para exercer funções nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede escolar pública do Ministério da Educação;
- m) Contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos;
- n) Gestão da utilização dos espaços que integram os estabelecimentos escolares, fora do período das atividades escolares, incluindo atividades de enriquecimento curricular.

As entidades intermunicipais têm competências de planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal, que se traduzem nas seguintes competências específicas:

- a) Elaboração do plano de transporte escolar intermunicipal adequado, para os estabelecimentos de educação de âmbito supramunicipal;
- b) Elaboração do plano plurianual da rede de oferta educativa.

As competências de contratualização ou cedência, a qualquer título, da criação e gestão de oferta pública da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário a entidades de natureza privada, cooperativa, solidária ou afim, mantém-se na esfera da administração central.

O Despacho n.º 2356/2022, de 23 de fevereiro da Secretaria de Estado da Educação publica a lista nominativa, homologada de trabalhadores com vínculo de emprego público da carreira subsistente de chefe de serviços da Administração Escolar e das carreiras gerais de assistente técnico e de assistente operacional a transitar para o mapa de pessoal dos municípios a 31 de março de 2022. No caso do Município de Avis transitaram 27 assistentes operacionais e 6 assistentes técnicos.

O total de gastos diretos assumidos com a Educação a 31/12/2024, encontra-se descremido no quadro abaixo:

Código de		Tipo de		Classificação Económica (Local)		Valor
Código	Designação	Código	Designação	Código	Designação	
001	Educação	DS	Despesa	01010401 (D)	PESSOAL EM FUNÇÕES	210 711,28 €
001	Educação	DS	Despesa	01010901 (D)	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	1,00 €
001	Educação	DS	Despesa	01011301 (D)	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO - PESSOAL EM FUNÇÕES	25 230,00 €
001	Educação	DS	Despesa	01011401 (D)	SUB. FÉRIAS E NATAL - PESSOAL EM FUNÇÕES	41 372,26 €
001	Educação	DS	Despesa	01011502 (D)	REM. POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE - PESSOAL DO QUADRO	15 156,09 €
001	Educação	DS	Despesa	01020201 (D)	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	207,38 €
001	Educação	DS	Despesa	01021302 (D)	OUTROS	1,00 €
001	Educação	DS	Despesa	0103050201 (D)	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	10 787,80 €
001	Educação	DS	Despesa	0103050202 (D)	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	32 401,01 €
001	Educação	DS	Despesa	02010299 (D)	OUTROS	1 483,95 €
001	Educação	DS	Despesa	020106 (D)	ALIMENTAÇÃO - GÉNEROS PARA CONFECCIONAR	27 459,85 €
001	Educação	DS	Despesa	020121 (D)	OUTROS BENS	3,50 €
001	Educação	DS	Despesa	020201 (D)	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	19 399,90 €
001	Educação	DS	Despesa	020203 (D)	CONSERVAÇÃO DE BENS	218,08 €
001	Educação	DS	Despesa	020204 (D)	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	5 000,00 €
001	Educação	DS	Despesa	020206 (D)	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	47 572,80 €
001	Educação	DS	Despesa	020208 (D)	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	3 062,70 €
001	Educação	DS	Despesa	020209 (D)	COMUNICAÇÕES	1 644,76 €
001	Educação	DS	Despesa	020218 (D)	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	10 196,56 €
001	Educação	DS	Despesa	020220 (D)	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	16 329,28 €
001	Educação	DS	Despesa	02022599 (D)	DIVERSOS	13,80 €
Total Despesas						468 253,00 €
001	Educação	RAC	Receitas Transferidas AC	0603010601 (R)	TRANSFERÊNCIAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	579 928,00 €
001	Educação	RP	Receitas Próprias	0702080101 (R)	REFEIÇÕES ESCOLARES	13 832,92 €
Total Receitas						593 760,92 €

Os gastos assumidos pelo município relativamente à contratação de fornecimentos e serviços externos importa no valor de 132.385,18€. Os valores mais significativos correspondem aos gastos com a alimentação, encargos das instalações e os gastos com transportes.

Os gastos com pessoal no valor de 335.867,82€, representam 71% do total dos gastos diretos suportados com a educação.

O total transferido, pelo Orçamento de Estado, para o Município de Avis na área da educação foi de 579.928€.

Nos termos do n.º 1 do artigo 62º do Decreto Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, transfere para os municípios a titularidade dos equipamentos educativos que integram a rede publica do Ministério da Educação, entendidos estes, nos termos do n.º 1 do artigo 9º do mesmo diploma como “o conjunto dos meios materiais, designadamente os edifícios escolares, o equipamento básico, o mobiliário, o material didático e os equipamentos tecnológico e desportivo, utilizados, ainda que não exclusivamente, para a conveniente realização da atividade educativa”.

Tendo presente o disposto no ponto 2.8.1. do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), ponto que não foi revogado pelo SNC – AP, estipula que as autarquias locais elaboram e mantêm atualizado o inventário de todos os bens, direitos e obrigações constitutivos do seu património, a competência para a elaboração e manutenção do inventários dos bens educativos transferidos, encontra-se cometida aos municípios, sem prejuízo dos Agrupamentos de Escolas respetivos deverem facultar os inventários existentes.

Apesar de terem sido várias as solicitações e insistências por parte do Município de Avis, não foi até à data, facultada pelo Agrupamento de Escolas de Avis a listagem de inventário constitutivos do património para a transferência de ativos.

Nestes termos nas demonstrações financeiras do município não foram reconhecidos os ativos, assim como a contabilização das amortizações, com as respetivas implicações materiais para a gestão e controlo da atividade patrimonial da entidade.

Em dezembro de 2022, o município iniciou a intervenção da obra de requalificação da Escola EB 2, 3 Mestre de Avis, intervenção que passou pela demolição total das instalações existentes.

3.2. Área da Ação Social

O Decreto Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da Ação Social

Decreto Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, prorroga o prazo de transferência das competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da ação social.

Portaria n.º 63/2021, de 17 de março - Regula o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3º e do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, nomeadamente os termos de operacionalização da transferência de competências, em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, para as câmaras municipais

Portaria n.º 64/2021, de 17 de março - Define, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 3º e do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, o exercício de competências de coordenação administrativa e financeira do programa de contratos locais de desenvolvimento social pelas autarquias locais

Portaria n.º 65/2021, de 17 de março - Estabelece os termos de operacionalização da transição de competências em matéria de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI para as câmaras municipais, tendo em consideração o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 3º e no artigo 11º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto

Portaria n.º 66/2021, de 17 de março - Regula o disposto nas alíneas b), c) e i) do n.º 1 e da alínea b) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e o disposto na secção II do capítulo II do referido decreto-lei, designadamente a criação das cartas sociais municipais e supramunicipais e fixa os respetivos conteúdos, regras de atualização e de divulgação, bem como os procedimentos de revisão

Despacho n.º 9817-A/2021, de 8 de outubro, publica o Mapa com os encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da ação social.

Código	Designação	Tipo de		Classificação Económica (Local)	Valor
		Código	Designação	Designação	
002	Ação Social	DS	Despesa	PESSOAL EM FUNÇÕES	15 014,94 €
002	Ação Social	DS	Despesa	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO - PESSOAL EM FUNÇÕES	1 230,00 €
002	Ação Social	DS	Despesa	SUB. FÉRIAS E NATAL - PESSOAL EM FUNÇÕES	2 771,98 €
002	Ação Social	DS	Despesa	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	2 255,69 €
002	Ação Social	DS	Despesa	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	145,28 €
002	Ação Social	DS	Despesa	INSTITUIÇÕES DE APOIO SOCIAL	34 733,43 €
002	Ação Social	DS	Despesa	OUTRAS	13,45 €
002	Ação Social	DS	Despesa	IMPOSTOS E TAXAS PAGOS PELA AUTARQUIA	9,06 €
002	Ação Social	RAC	Receitas	TRANSFERÊNCIAS NA ÁREA DA ACÇÃO SOCIAL	94 393,00 €

Nos termos do FFD (Fundo de Financiamento da Descentralização), em 2024 foi transferida para o município a importância de 94.393€.

Os gastos diretos ficam aquém dos gastos efetivos nesta área de transferência, tendo sido desenvolvido ao longo do ano de 2024 um trabalho muito significativo e abrangente nesta área. Nomeadamente, serviço de transporte de técnicos para atendimento e apoio nas diversas freguesias do concelho (assegurado semanalmente), material de desgaste rápido, material para pequenas conservações e reparações e despesas correntes suportadas por fundo de maneio próprio.

4. Acontecimentos Após a Data de Relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado líquido do período de 2024, no montante de **-1.908.984,22€**, seja transferido para a conta «561 - Resultados Transitados - períodos anteriores», nos termos previstos no Anexo às Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional, aprovado pela Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

Avis, abril de 2025

6. Documentos de Prestação de Contas – Demonstrações Financeiras

6.1. Balanço

Rubricas	Notas	Datas	
		2024	2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	45 979 767,65 €	45 855 229,91 €
Propriedades de investimento	8	45 312 150,49 €	45 179 448,05 €
Ativos intangíveis	3	146 367,15 €	153 125,55 €
Participações financeiras	18	1 829,62 €	3 235,92 €
Outros ativos financeiros		519 373,00 €	519 373,00 €
		47,39 €	47,39 €
Ativo corrente			
Inventários	10	2 813 522,01 €	2 624 097,34 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	95 831,88 €	117 309,68 €
Cientes, contribuintes e utentes	18	80 840,05 €	630 372,85 €
Estado e outros entes públicos	18	35 237,33 €	162 886,26 €
Outras contas a receber	18	126 913,49 €	132 570,58 €
Diferimentos	29	436 908,29 €	325 846,60 €
Caixa e depósitos	11	39 721,18 €	80 809,97 €
		1 998 069,79 €	1 174 301,40 €
Total Ativo		48 793 289,66 €	48 479 327,25 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido			
Património/Capital	30	65 413 899,17 €	65 413 899,17 €
Resultados transitados	30	-34 977 559,04 €	-32 911 670,68 €
Outras variações no património líquido	30	12 512 762,05 €	11 529 817,08 €
Resultado líquido do período	30	-1 908 984,22 €	-2 065 888,36 €
Total Património Líquido		41 040 117,96 €	41 966 157,21 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	1 423 198,08 €	1 332 492,26 €
Financiamentos obtidos	25	100 121,52 €	100 121,52 €
Diferimentos	29	210 937,50 €	284 313,89 €
		1 112 139,06 €	948 056,85 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	6 329 973,62 €	5 180 677,78 €
Fornecedores	18	12 863,33 €	27 323,37 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	496 545,82 €	149 671,42 €
Estado e outros entes públicos	18	77 905,51 €	77 905,51 €
Financiamentos obtidos	25	121 377,15 €	100 527,01 €
Fornecedores de investimentos	18	73 359,49 €	79 743,01 €
Outras contas a pagar	18	130 938,65 €	140 097,30 €
Diferimentos	29	955 770,85 €	701 029,50 €
		4 461 212,82 €	3 904 380,66 €
Total Passivo		7 753 171,70 €	6 513 170,04 €
Total Património Líquido e Passivo		48 793 289,66 €	48 479 327,25 €

6.2. Demonstração de Resultados

Rubricas	Notas	Datas	
		2024	2023
Impostos, contribuições e taxas	14 / 21	669 143,11 €	747 572,52 €
Vendas	13 / 21	368 829,97 €	425 898,31 €
Prestações de serviços e concessões	13 / 21	946 257,86 €	1 040 509,20 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13 / 21	7 572 109,15 €	6 620 282,65 €
Prestações Sociais			
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	10	-779 618,02 €	-708 974,38 €
Fornecimentos e serviços externos	22	-2 466 778,86 €	-2 143 576,45 €
Gastos com pessoal	22 / 23	-5 187 214,88 €	-4 492 984,49 €
Transferências e subsídios concedidos	22 / 24	-576 687,12 €	-765 933,21 €
Prestações sociais	22 / 25	-61 573,00 €	-67 572,27 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-49 599,89 €	-21 127,40 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	-30 000,00 €
Outros rendimentos	21	1 074 646,60 €	827 068,86 €
Outros gastos	22	-463 605,54 €	-399 787,49 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		1 045 909,38 €	1 031 375,85 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	26	-2 912 435,74 €	-3 063 878,96 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-1 866 526,36 €	-2 032 503,11 €
Juros e rendimentos similares obtidos	21	50,92 €	3 185,55 €
Juros e gastos similares suportados	22	-42 508,78 €	-36 570,80 €
Resultado antes de impostos		-1 908 984,22 €	-2 065 888,36 €
Resultado líquido do período		-1 908 984,22 €	-2 065 888,36 €

6.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	Datas	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 019 724,34 €	1 078 017,27 €
Recebimentos de contribuintes		551 657,46 €	758 630,76 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		7 527 007,25 €	6 467 741,71 €
Recebimentos de utentes		67 153,66 €	56 300,07 €
Pagamentos a fornecedores		-3 051 081,11 €	-2 741 204,57 €
Pagamentos ao pessoal		-4 984 572,00 €	-4 485 725,95 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-460 390,17 €	-521 208,31 €
Caixa gerada pelas operações		669 499,43 €	612 550,98 €
Outros recebimentos/pagamentos		663 477,08 €	2 347 279,99 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		1 332 976,51 €	2 959 830,97 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-2 661 980,97 €	-5 248 116,67 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-418,20 €	-7 638,30 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		47 031,72 €	20 000,00 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		63 004,81 €	57 780,45 €
Recebimentos - Transferências de capital		2 163 922,40 €	2 311 293,01 €
Recebimentos - Dividendos		0,00 €	3 134,63 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-388 440,24 €	-2 863 546,88 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		754,56 €	50,92 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-79 753,91 €	-149 210,46 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-41 762,53 €	-32 976,31 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-120 767,88 €	-182 135,85 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		823 768,39 €	-85 851,76 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		1 174 301,40 €	1 260 153,16 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		1 198 069,79 €	1 174 301,40 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		1 174 301,40 €	1 260 153,16 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		1 174 301,40 €	1 260 153,16 €
SGA De execução orçamental		1 122 778,52 €	1 214 729,13 €
SGA De operações de tesouraria		51 522,88 €	45 424,03 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		1 998 069,79 €	1 174 301,40 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		1 998 069,79 €	1 174 301,40 €
SGS De execução orçamental		1 944 444,45 €	1 122 778,52 €
SGS De operações de tesouraria		53 625,34 €	51 522,88 €

6.4. Demonstração de Alterações ao Património Líquido

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital / Património	Acções (quotas)	Outros instrum. de capital	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património	Resultado líquido do	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		65 413 899,17 €					-32 911 670,68 €			11 529 817,08 €	-2 065 888,36 €	41 966 157,21 €		41966,157,21
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)							-2 065 888,36 €			982 944,97 €	2 065 888,36 €	982 944,97 €		982 944,97 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital														
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido														
Correção de erros materiais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)														-1 908 984,22 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)														-1 908 984,22 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)														156 904,14 €
Subscrições de capital/património														-926 039,25 €
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Subscrições de prémios de emissão														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		65 413 899,17 €					-34 977 559,04 €			12 512 762,05 €	-1 908 984,22 €	41 040 117,96 €		41 040 117,96 €

7. Anexo às Demonstrações Financeiras

7.1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Identificação da entidade e período de relato

Designação: Município de Avis

Endereço: Largo Cândido dos Reis, n.º 11

NIF: 502 789 824

7.2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública, o qual foi aplicado pela primeira vez ao exercício de 2020.

7.3. Órgãos de Gestão

Câmara Municipal

Presidente – Nuno Paulo Augusto da Silva

Vereadora (Vice-Presidente) – Inês Filipe Pereira da Fonseca (em regime de permanência)

Vereador – Rui Miguel Delicado Nunes (sem pelouros atribuídos)

Vereadora – Salomé Nobre Marques Guilhermino (em regime de permanência)

Vereadora – Maria Margarida de Abreu Narciso Pacheco Quental (sem pelouros atribuídos)

Assembleia Municipal

Composta por 15 eleitos diretos e por 6 presidentes de juntas de freguesia.

7.4. Recursos Humanos

O número de trabalhadores ao serviço no Município de Avis a 31 de dezembro de 2024, totaliza 238.

7.5. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e Depósitos Bancários em 31 de dezembro de 2024, por comparação com o período anterior, apresenta-se no quadro seguinte:

Nota 11 DESAGREGAÇÃO DA CAIXA E DEPÓSITOS

Conta	Designação	31/12/2024	31/12/2023
11.	Caixa	692,65 €	704,69 €
	Depósitos à ordem		
12.2	Depósitos bancários à ordem	1 943 751,80 €	1 122 073,83 €
	Outros depósitos		
13.2	Depósitos consignados	53 625,34 €	51 522,88 €
13.3	Depósitos de garantias e cauções	0,00 €	0,00 €
TOTAL		1 998 069,79 €	1 174 301,40 €

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

DFC		
Designação	31/12/2024	31/12/2023
- Execução orçamental	1 944 444,45	1 122 778,52
- Operações de tesouraria	53 625,34	51 522,88
Saldo da gerência		1 998 069,79 €
1 174 301,40 €		

7.6. Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

7.6.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Avis. Apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceitual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP). Assim, as demonstrações financeiras garantem consistência na apresentação de um período para o outro. A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade, não se encontra sujeita a compensações entre gastos e rendimentos, ou entre ativos e passivos, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

7.6.2. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

7.6.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. No caso dos prédios rústicos e urbanos, para os quais, não existindo informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, foram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) For provável que fluirão para o Município de Avis benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência, melhoria da qualidade do output e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos

tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

7.6.2.2. Propriedades de investimento

Se existentes as propriedades de investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

7.6.2.3. Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios de pesquisa são reconhecidos na demonstração dos resultados como gasto quando suportados.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a entidade demonstre a capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de

desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que ocorram.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil. O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta. As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes têm uma vida útil estimada de 5 anos.

7.6.2.4. Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o Município de Avis controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o Município controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Na situação do Município de Avis encontram-se sujeito a esta contabilização o acordo de concessão da energia elétrica em baixa e iluminação pública, cuja concessão se encontra cedida à E-Redes.

7.6.2.5. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através

deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

7.6.2.6. *Participações financeiras*

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

O método de equivalência patrimonial é aplicado na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) Participação em processos de decisão de políticas; (c) Transações materiais entre o investidor e a participada; (d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) Prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as

provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

No Município de Avis não existem participações financeiras sujeitas ao método de equivalência patrimonial.

No caso de existirem participações financeiras em outras entidades que não sejam tidas como participações em empreendimentos conjuntos, subsidiárias ou associadas, estas serão registadas ao custo de aquisição deduzido de qualquer perda por imparidade acumulada.

7.6.2.7. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado excede a quantia recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados do período. A quantia recuperável é a mais alta entre o justo valor menos custos de vender do ativo e o seu valor de uso.

O valor de uso é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo, no caso dos “Ativos não geradores de Caixa”, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, no caso dos “Ativos geradores de Caixa”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados (ganhos).

7.6.2.8. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra.

O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações. Quando o valor do custo é superior ao valor

realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio adotado pelo município é o Custo Médio Ponderado.

7.6.2.9. *Instrumentos financeiros*

O município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

– Clientes; Contas a receber; Fornecedores; Contas a pagar; Financiamentos obtidos;

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Clientes e outras dívidas de terceiros**

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal. Pela sua insignificância ou inexistências não se procedeu à sua atualização pelo justo valor,

- **Financiamentos bancários (empréstimos)**

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Os juros dos financiamentos obtidos, não foram capitalizados, já que durante o período de relato não existiram investimentos em curso alavancados pelos empréstimos

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

7.6.2.10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O município não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

7.6.2.11. Regime do acréscimo

O município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

O município aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação nos rendimentos de transações com contraprestação. O rédito comprehende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Avis, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

O reconhecimento do rendimento de transações sem contraprestação é processado tendo em conta o prescrito na NCP 14.

- **Vendas e prestações de serviços**

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nesta circunstância ao regime do acréscimo.

- **Impostos, contribuições e taxas**
- **Transferências e subsídios correntes obtidos**

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. A dotação do Orçamento de Estado é atribuída anualmente ao município em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não

depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

7.6.2.12. Julgamentos e estimativas

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão do município efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações a data de relato, pelo que as presentes demonstrações financeiras incluem rubricas que resultam de estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas do município.

As estimativas acima referidas são determinadas pelos julgamentos da gestão do município, os quais se baseiam na melhor informação e conhecimento de eventos presentes, e nas ações que o município considera poder vir a desenvolver no futuro.

É considerado que as escolhas efetuadas são as apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira do município e o resultado das suas transações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Registo de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes;
- Especializações diversas.

7.6.2.13. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Avis mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo as demonstrações financeiras.

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação, para além da referência, em especial, neste exercício, tal como no anterior, da doença COVID – 19.

7.6.2.14. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Com a adoção do SNC-AP em 1 de janeiro de 2020, o município atualizou as vidas úteis dos seus edifícios e outras construções para os AFT e PI de acordo com o CC2. Esta situação originou uma menor vida útil remanescente para a maioria dos seus edifícios e, consequentemente, um aumento do valor das depreciações por exercício.

7.7. Notas às Demonstrações Financeiras

Nota 3 – Ativos intangíveis

3.1 Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

a) Bases de mensuração

No exercício de 2024 não se verificaram adições.

b) As vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

As vidas úteis estimadas têm por base o Classificador Complementar 2 (CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC – AP.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil constante no Classificador Complementar 2. Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de amortização. Durante o exercício foram reconhecidas amortizações no valor de 8.521,83€, totalizando as amortizações acumuladas o valor de 583.280,17€.

c) Método de depreciação

O método de depreciação usado é o das quotas constantes em regime duodecimal. Durante o exercício foram reconhecidas amortizações no valor de 8.521,83€.

d) Quantia escriturada bruta e líquida

No final do exercício o valor escriturado era de 1.829,62€.

Seguem-se os quadros à nota 3 com a discriminação dos respetivos valores:

Nota 3.1 AI - VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Ativos Intangíveis	585 280,17 €	582 044,25 €		3 235,92 €	585 280,17 €	583 450,55 €		1 829,62 €
440 Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
441 Goodwill								
442 Projetos de desenvolvimento	173 983,50 €	173 983,58 €			173 983,50 €	173 983,50 €		
443 Programas de computador e sistemas de informação	411 296,67 €	408 060,75 €		3 235,92 €	411 296,67 €	409 467,05 €		1 829,62 €
444 Propriedade industrial e intelectual								
446 Outros								
454 Ativos intangíveis em curso								
TOTAL	585 280,17 €	582 044,25 €		3 235,92 €	585 280,17 €	583 450,55 €		1 829,62 €

Nota 3.2 AI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	
Ativos Intangíveis	3 235,92 €							-1 406,30 €		1 829,62 €
440 Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
441 Goodwill										
442 Projetos de desenvolvimento										
443 Programas de computador e sistemas de informação	3 235,92 €							-1 406,30 €		1 829,62 €
444 Propriedade industrial e intelectual										
446 Outros										
454 Ativos intangíveis em curso								-1 406,30 €		
TOTAL	3 235,92 €	3 874,50 €						-1 406,30 €		1 829,62 €

Nota 3.3 AI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES

Rubrica	Designação	Adições									
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos Intangíveis											
440 Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
441 Goodwill											
442 Projetos de desenvolvimento											
443 Programas de computador e sistemas de informação											
444 Propriedade industrial e intelectual											
446 Outros											
454 Ativos intangíveis em curso											
TOTAL											

O valor escriturado de bens totalmente depreciados e em uso é de 405.225,16€, conforme apresentado no quadro abaixo.

Nota 3.5 AI - ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS TOTALMENTE DEPRECIADOS QUE AINDA ESTEJAM EM USO

Rúbrica	Designação	Valor
443	Programas de computador e sistemas de informação	405 225,16 €
	TOTAL	405 225,16 €

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

O Município detém um contrato de concessão de serviços, cujo objeto consiste na distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Avis.

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de Concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão	EDP Distribuição	Serviço Público	20	3 828 984,71 €	-	-	-

A CNC (Comissão de Normalização Contabilística) emitiu uma resposta relativamente às concessões de energia elétrica em baixa, onde refere que “no pressuposto que o contrato aludido se assemelha àqueles a que temos vindo a dar repostas de enquadramento, existirão características que expressam uma relação entre a empresa concessionária e o concedente município que parecem consubstanciar um contrato regulado pela NCP 4, a saber:

- Serviço público atribuído aos municípios;
- Preço e prestação do serviço regulado por diploma legal;
- Valor residual associado à valorização dos bens.”

Estas características encontram-se aferidas em sede contratual.

Quanto ao modelo, a experiência passada pela CNC, vai no sentido destes contratos terem subjacentes a cobrança de tarifas efetuada pelo concessionário diretamente aos utilizadores, o que consubstancia um modelo de atribuição de um direito, atribuído contratualmente.

Tratando-se de uma concessão, é necessário que o município detenha informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos àquela concessão e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento de tais ativos e a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis. Assim, a CNC enquadra estes contratos na NCP 4.

O Decreto-Lei 15/2022, publicado em 14 de janeiro de 2022, estabelece na alínea 3 do artigo 285º, que a E-REDES, enquanto concessionário da rede de distribuição de electricidade em Baixa Tensão, deverá remeter anualmente ao concedente o cadastro atualizado dos ativos em uso na concessão, “até à efetiva entrada em operação do adjudicatário na operação da concessão, o concessionário da rede de distribuição de electricidade em BT remete, anualmente, ao concedente o cadastro atualizado em formato digital aberto, discriminando:

- a) Ativos específicos de uma concessão, onde se incluem todos os ativos identificados como estando afetos a uma concessão específica;
- b) Ativos partilhados por conjunto de concessões, mediante a identificação dos ativos que estão a ser alvo de uma utilização partilhada e das respetivas que estão a beneficiar dessa utilização;"

Em junho de 2023, foram disponibilizados os ativos em concessão relativos ao ano de 2022 e, embora não completos, nomeadamente por não referir a data (no mínimo mês de entrada em funcionamento, mas apenas o ano, permitiram, ainda assim, proceder ao seu reconhecimento.

Terminado que está o período de transição POCAL/SNC-AP, determinado pela IPSAS 33, os ajustamentos agora reconhecidos relativos a períodos anteriores, dada a sua materialidade, foram reconhecidos na conta 56.2 – Regularizações, não gerando, porém, qualquer variação no seu valor ilíquido conforme demonstrado no quadro abaixo e discriminado nos pontos [1] a [5].

- | |
|--|
| 1 Reconhecimento do rendimento a reconhecer, pelo reconhecimento em ativo |
| 2 Reconhecimento das depreciações acumuladas |
| 3 Reconhecimento dos subsídios associados ao investimento |
| 4 Reconhecimento do subsídio a reconhecer em rendimento de exercícios anteriores |
| 5 Reconhecimento das rendas de exercícios anteriores |
| 6 Reconhecimento das depreciações do exercício |
| 7 Reconhecimento do subsídio a reconhecer em rendimento |
| 8 Transferência da renda para curto prazo |
| 9 Reconhecimento da renda de 2023 |

O Município optou por manter o mesmo critério para o reconhecimento do acordo de concessão com a E-REDES, avaliando em 2025 a necessidade de alterar o procedimento adotado.

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

5.1. Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis, são mensurados e reconhecidos ao custo de aquisição. Considera-se custo de aquisição o valor da compra e todos os custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição indispensáveis para operarem na forma pretendida.

b) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis e respetivas taxas de depreciação utilizadas são as que se encontram definidas no Classificados Complementar 2 (CC2) do SNC – AP.

c) Método de depreciação

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta.

d) Quantia escriturada bruta e líquida

No exercício de 2024, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

RUBRICAS [1]	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta [2]	Depreciações Acumuladas [3]	Perdas por Imparidade [4]	Quantia Escriturada [5]=[2]-[3]-[4]	Quantia bruta [6]	Depreciações Acumuladas [7]	Perdas por Imparidade [8]	Quantia Escriturada [9]=[6]-[7]-[8]
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	74 524 770,96 €	50 672 353,52 €		28 852 417,44 €	74 932 532,70 €	52 798 200,64 €		22 134 332,06 €
Terrenos e recursos naturais	2 947 307,50 €			2 947 307,50 €	2 947 307,50 €			2 947 307,50 €
Edifícios e outras construções	2 965 767,23 €	2 116 825,62 €		848 941,61 €	3 115 737,51 €	2 177 623,45 €		938 114,06 €
Infraestruturas	68 398 409,46 €	49 538 211,26 €		19 860 198,20 €	68 656 850,92 €	50 597 660,53 €		18 059 190,39 €
Património histórico, artístico e cultural	213 286,77 €	17 316,64 €		195 970,13 €	212 636,77 €	22 916,66 €		189 720,11 €
Outros								
Bens de domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão	3 828 984,71 €	2 580 272,10 €		1 248 712,61 €	3 924 130,96 €	2 622 337,61 €		1 301 793,35 €
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso	3 828 984,71 €	2 580 272,10 €		1 248 712,61 €	3 924 130,96 €	2 622 337,61 €		1 301 793,35 €
Outros ativos fixos tangíveis	30 731 387,38 €	10 653 069,38 €		20 078 318,00 €	32 892 870,03 €	11 016 844,95 €		21 876 025,08 €
Terrenos e recursos naturais	3 403 325,77 €			3 403 325,77 €	3 403 325,77 €			3 403 325,77 €
Edifícios e outras construções	16 090 833,67 €	5 711 768,80 €		10 379 064,87 €	16 196 357,89 €	6 007 158,99 €		10 189 198,90 €
Equipamento básico	2 467 967,90 €	1 993 710,21 €		474 257,69 €	2 369 725,58 €	1 933 077,50 €		436 648,08 €
Equipamento de transporte	2 361 212,96 €	1 712 971,43 €		648 241,53 €	2 489 026,98 €	1 802 872,52 €		686 154,46 €
Equipamento administrativo	701 478,92 €	659 520,24 €		41 958,68 €	724 877,40 €	677 235,61 €		47 641,79 €
Equipamentos biológicos	4 542,87 €			4 542,87 €	4 542,87 €			4 542,87 €
Outros	701 016,23 €	575 098,70 €		125 917,53 €	705 567,80 €	596 500,33 €		109 067,47 €
Ativos fixos tangíveis em curso	5 001 009,06 €			5 001 009,06 €	6 999 445,74 €			6 999 445,74 €
TOTAL	109 085 143,05 €	63 905 695,00 €		45 179 448,05 €	111 749 533,69 €	66 437 383,20 €		45 312 150,49 €

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por Imparidade	Variações no período			Quantia escriturada final
						Perdas por Imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	23 852 417,44 €		447 462,90 €			-2 165 782,76 €		234,48 €	22 134 332,06 €
Terrenos e recursos naturais	2 947 307,50 €								2 947 307,50 €
Edifícios e outras construções	848 941,61 €	189 021,44 €				-100 083,42 €		234,48 €	938 114,06 €
Infraestruturas	19 860 198,20 €	258 441,46 €				-2 059 449,27 €			18 059 190,39 €
Património histórico, artístico e cultural	195 970,13 €					-6 250,02 €			189 720,11 €
Outros									
Bens de domínio público em curso									
Ativos fixos em concessão	1 248 712,61 €	164 082,21 €				-111 001,47 €			1 301 793,35 €
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso	1 248 712,61 €	164 082,21 €				-111 001,47 €			1 301 793,35 €
Outros ativos fixos tangíveis	20 078 318,00 €	2 966 572,09 €	-449 526,84 €			-718 965,10 €		-373,07 €	21 876 025,08 €
Terrenos e recursos naturais	3 403 325,77 €								3 403 325,77 €
Edifícios e outras construções	10 379 064,87 €	105 524,22 €				-295 390,19 €			10 189 198,90 €
Equipamento básico	474 257,69 €	64 877,27 €				-102 486,88 €			436 648,08 €
Equipamento de transporte	648 241,53 €	319 228,56 €				-281 315,65 €			686 154,46 €
Equipamento administrativo	41 958,68 €	23 885,27 €				-18 231,09 €		28,93 €	47 641,79 €
Equipamentos biológicos	4 542,87 €								4 542,87 €
Outros	125 917,53 €	5 093,23 €				-21 541,29 €		-402,00 €	109 067,47 €
Ativos fixos tangíveis em curso	5 001 009,06 €	2 553 487,74 €	-555 051,06 €						6 999 445,74 €
TOTAL	45 179 448,05 €	3 130 654,30 €	-2 063,94 €			-2 995 749,33 €		-138,59 €	45 312 150,49 €

5.3 AFT - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES

Ativos Fixos Tangíveis	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Doação, em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Outros										
Bens de domínio público em curso										
Ativos fixos em concessão										164 082,21 €
Terrenos e recursos naturais										164 082,21 €
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										164 082,21 €
Ativos fixos em concessão em curso										164 082,21 €
Outros ativos fixos tangíveis	2 875 093,80 €									91 478,29 €
Terrenos e recursos naturais										2 966 572,09 €
Edifícios e outras construções		64 877,27 €								64 877,27 €
Equipamento básico		227 750,29 €								91 478,29 €
Equipamento de transporte		23 885,27 €								319 228,58 €
Equipamento administrativo										23 885,27 €
Equipamentos biológicos										
Outros		5 093,23 €								5 093,23 €
Ativos fixos tangíveis em curso	2 553 487,74 €									2 553 487,74 €
TOTAL	2 875 093,80 €									255 560,50 €
										3 150 654,30 €

5.4 AFT - DESAGREGAÇÃO DAS DIMINUIÇÕES

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					234,48 €	234,48 €
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções					234,48 €	234,48 €
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis					-373,07 €	-373,07 €
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo					28,93 €	28,93 €
Equipamentos biológicos						
Outros					-402,00 €	-402,00 €
Ativos fixos tangíveis em curso						
TOTAL					-138,59 €	-138,59 €

Nota 5.6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS TOTALMENTE DEPRECIADOS QUE AINDA ESTEJAM EM USO

Conta	Designação	Valor
4301	Bens de Domínio Público - Terrenos	0,00 €
4302	Bens de Domínio Público - Edifícios e outras construções	204 185,00 €
4303	Infraestruturas do domínio público	3 899 644,51 €
4304	Bens de Domínio Público - Património histórico, artístico e cultural	650,00 €
431	Terrenos	0,00 €
432	Edifícios e outras construções	582 515,57 €
433	Equipamento básico	1 610 196,47 €
434	Equipamento de transporte	1 211 523,38 €
435	Equipamento administrativo	506 249,15 €
436	Equipamento biológico	0,00 €
437	Outros ativos fixos tangíveis	525 141,06 €
	TOTAL	8 540 105,14 €

O valor escriturado de bens totalmente depreciados, mas ainda em uso é de 8.540.105,14€.

Predominante são infraestruturas, equipamento básico e de transporte.

Nota 6 – Locações

6.1 – Locações financeiras – Locatário

Não aplicável ao Município de Avis.

6.2 – Locações operacionais – Locatário

Não aplicável ao Município de Avis.

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

a) Política contabilística

O Município reconhece os custos de empréstimos obtidos como gastos do período e que são suportados.

b) Custo de empréstimo obtidos

No final do exercício de 2024 o município tinha 3 empréstimos contratados, enquadrados no artigo 51º do REFALEI, destinados a financiar investimentos.

De acordo com o quadro dos respetivos contratos o município irá liquidar esses empréstimos até ao final de 2033, num quadro de encargos plurianuais relativos a amortizações conforme quadros seguintes:

Financiamentos	31.12.2024			31.12.2023		
	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL
Empréstimos financiamento	73 376,39 €	210 920,60 €	284 296,99 €	79 743,01 €	284 313,89 €	364 056,90 €
- CGD	73 376,39 €	210 920,60 €	284 296,99 €	79 743,01 €	284 313,89 €	364 056,90 €
- CCAM	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	73 376,39 €	210 920,60 €	284 296,99 €	79 743,01 €	284 313,89 €	364 056,90 €

ANOS	CGD	CCAM
2025	73 323,24 €	
2026	28 125,00 €	
2027	28 125,00 €	
2028	28 125,00 €	
2029	28 125,00 €	
2030	28 125,00 €	
2031	28 125,00 €	
2033	14 062,50 €	
Totais	284 296,99 €	- €

Mapa de Empréstimos – modelo TC

Tipo	Identificação do empréstimo N.º do contrato	Finalidade do empréstimo	Capital		Condições			Outros encargos	Pagamentos efetuados								Montantes vencidos e não pagos		Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamento legal (c)				
			Contratado	Utilizado	Taxa de juro		Spread		Amortização do capital			Juros			Outros encargos - Comissões			em 31/12		Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital					
					Início	Atual			Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01	Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014			
Curto Prazo			- €	0	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €				
		Total CP	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €				
Médio e Longo Prazo			- €	0	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €				
Não isentos			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €				
		SubTotal	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €				
Médio e Longo Prazo	PT00359015004417791	Investimentos diversos	606 727,00 €	606 727,00 €					533 541,79 €	35 845,45 €	37 339,76 €	132 369,01 €	2 648,99 €	1 279,47 €	136,40 €	8,30 €	- €	- €	- €	73 185,21 €	37 339,76 €	36 046,92 €	- €				
	PT00359015008029791	Outras	450 000,00 €	450 000,00 €					182 812,50 €	28 125,00 €	239 062,50 €	167 047,78 €	20 502,66 €	84 668,82 €	151,80 €	16,00 €	136,00 €	- €	- €	- €	267 187,50 €	239 062,50 €	- €	32 142,86 €			
	PT00359015008030091	Aquisição de viatura RSU	150 000,00 €	150 000,00 €					126 315,79 €	15 789,45 €	7 894,73 €	131 452,78 €	1 279,66 €	22 404,53 €	151,80 €	16,00 €	8,00 €	- €	- €	- €	23 684,20 €	7 894,73 €	- €	15 000,00 €			
		SubTotal	1 206 727,00 €	1 206 727,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	842 670,08 €	79 759,90 €	284 296,99 €	430 869,57 €	24 441,31 €	108 352,82 €	440,00 €	40,30 €	152,30 €	- €	- €	- €	364 056,91 €	284 296,99 €	36 046,92 €	47 142,86 €
		Total MLP	1 206 727,00 €	1 206 727,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	842 670,08 €	79 759,90 €	284 296,99 €	430 869,57 €	24 441,31 €	108 352,82 €	440,00 €	40,30 €	152,30 €	- €	- €	- €	364 056,91 €	284 296,99 €	36 046,92 €	47 142,86 €
		Total Geral	1 206 727,00 €	1 206 727,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	842 670,08 €	79 759,90 €	284 296,99 €	430 869,57 €	24 441,31 €	108 352,82 €	440,00 €	40,30 €	152,30 €	- €	- €	- €	364 056,91 €	284 296,99 €	36 046,92 €	47 142,86 €

(a) Identificando cada um dos mesmos, desgadamente, impostos, comissões e outros encargos a especificar

(b) Para efeitos deste cálculo, deverá tomar-se por referência os valores em dívida em 01/01/2014, constante do mapa 8.3.1 (empréstimos), que integra o correspondente processo de prestação de contas

(c) Empréstimos que não são considerados para efeitos de cálculo da Dívida Total

Nota 8 – Propriedades de investimento

a) Bases de Mensuração

Os ativos reconhecidos como propriedades e investimento encontram-se valorizados ao custo.

b) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis e respetivas taxas de depreciação utilizadas são as que se encontram definidas no Classificados Complementar 2 (CC2) do SNC – AP.

c) Método de depreciação

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas, após a data em que os bens se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta.

d) Quantia escriturada bruta e líquida

No exercício de 2024, os movimentos ocorridos na quantia escriturada das propriedades de investimento, foram os seguintes:

Nota 8.1 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - MODELO DO CUSTO- QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações			Quantia escriturada final
		Adições	Depreciações do periodo	Diminuições	
Propriedades de Investimento					
Terrenos e recursos naturais					- €
Edifícios e outras construções	153 125,55 €	- €	6 758,40 €	- €	146 367,15 €
TOTAL	153 125,55 €	- €	6 758,40 €	- €	146 367,15 €

Nota 9 – Imparidades de ativos

Nota 9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	31/12/2024		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	Gerador de caixa	80 840,05 €	- €	80 840,05 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	Gerador de caixa	- €	- €	- €
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	35 237,33 €	111 585,16 €	- 76 347,83 €
Outras contas a receber	Gerador de caixa	436 908,29 €	- €	436 908,29 €
Mercadorias	Gerador de caixa	225,15 €	- €	225,15 €
Materias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa	4 900,17 €	96 530,51 €	- 91 630,34 €
Investimentos financeiros	Gerador de caixa	519 420,39 €		519 420,39 €
Propriedades de investimento	Gerador de caixa	- €		- €
Ativos fixos tangíveis	Não gerador de caixa	105 679 039,45 €		105 679 039,45 €
Ativos intangíveis	Não gerador de caixa	583 450,55 €		583 450,55 €

Nota 10 – Inventários

Os inventários encontram-se mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inicial inclui o gasto com a aquisição, bem como os gastos adicionais de compra incorridos para colocar os inventários no seu local nas condições atuais.

O método de custeio adotado pelo município é o custo médio ponderado.

Inventários: movimentos do período

Os movimentos de inventário no período expressam-se conforme segue:

Nota 10.2 - Inventários: movimentos do período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	264,39 €	305 111,38 €	305 120,62 €		- €	- €	- €	- €	255,15 €
Matérias primas, subsidiárias	117 045,29 €	453 028,84 €	474 467,40 €		- €	- €	- €	- €	95 606,73 €
TOTAL	117 309,68 €	758 140,22 €	779 588,02 €	- €	- €	- €	- €	- €	95 861,88 €

Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação

Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados: (i) quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador; (ii) quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse; (iii) quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado; (iv) quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; (v) quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

Quantia de cada categoria de rendimentos

A quantia de cada categoria significativa de rendimentos reconhecida durante o período e a seguinte:

Tipo de transação com contraprestação	31/12/2024	31/12/2023
	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Prestações de Serviços	946 257,86 €	1 040 509,20 €
Venda de bens	368 829,97 €	425 898,31 €
Juros	- €	- €
Royalties	- €	- €
Dividendos ou distribuições similares	50,92 €	3 185,55 €
Rendas em propriedades de investimento	39 876,93 €	39 842,59 €
Outros rendimentos	43 502,23 €	63 951,66 €
TOTAL	1 398 517,91 €	1 573 387,31 €

Os rendimentos de transações com contraprestações representam apenas 13,2% do total de rendimentos inscritos na demonstração de resultados por natureza.

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. Embora exista uma parte do rendimento obtido através de taxas, este rendimento foi igualmente incluído nas transações sem contraprestação.

Nas transações sem contraprestação com origem em transferências incluídas no património líquido, foram igualmente consideradas as transações com condições que temporariamente são igualmente reconhecidas como passivo e, por isso, se encontram reconhecidas na conta 28.2.2.

Conforme referido no parágrafo 5º da NCP 14 o termo rendimento abrange tanto rendimentos como ganhos.

Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação sem contraprestação	Nota 14.1 - Rendimento de transações sem contraprestação				
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Inicio do periodo	Final do periodo	
Impostos diretos	439 409,12 €		- €	- €	
Impostos indiretos	158 285,28 €		- €	- €	
Taxas	66 015,78 €		- €	- €	
Multas e outras penalidades	5 432,93 €		- €	- €	
Transferências sem condição	7 572 109,15 €	4 265 716,31 €	- €	- €	
Transferências com condição	- €	4 461 212,82 €	630 372,85 €	48 546,44 €	
Subsídios com condição	- €		- €	- €	
Outros	- €				
TOTAL	8 241 252,26 €	8 726 929,13 €	630 372,85 €	48 546,44 €	- €

O valor das transferências, assume um caráter estruturante no Município de Avis, na medida em que representa 78% do total dos rendimentos com origem em transações.

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No Município de Avis a provisão é a indicada e relaciona-se com um processo judicial em fase de recurso.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Nota 15.1 - Provisões								Quantia escriturada final	
		Aumentos				Diminuições					
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições		
Provisões											
Processos judiciais em curs	- €	100 121,52 €	- €	- €	100 121,52 €	- €	- €	- €	- €	100 121,52 €	
Matérias ambientais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Contratos onerosos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Outras provisões	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
TOTAL	- €	100 121,52 €	- €	- €	100 121,52 €	- €	- €	- €	- €	100 121,52 €	

Passivos Contingentes

Os passivos contingentes são:

- i. Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- ii. Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Apresentam-se assim os processos judiciais em curso sobre os quais foi efetuada uma apreciação jurídica de risco e, embora não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes. Processo n.º 107/16.2BECTB e Processo n.º 382/11.9BECTB, o Município de Avis é réu. Ambos em fase de recurso

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam a os valores a seguir apresentados.

Ativos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31/12/2024			31/12/2023		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida	1421.							
	1431.							
	41. Se MEP							
	Subtotais							
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Devedores p/transf.sub.emp.bonif.						
		201. - Dev. por transf. e sub. não	80 840,05 €		80 840,05 €	630 372,85 €		630 372,85 €
		203. - Devedores por empréstimos bonificados e subsídios	- €	- €	- €	- €	- €	- €
		Clientes, contribuintes e utentes			- €			- €
		211 - Clientes c/c	33 876,38 €		33 876,38 €	160 903,82 €		160 903,82 €
		213 - Contribuintes	- €		- €	- €		- €
		214 - Utentes	1 360,95 €		1 360,95 €	1 982,44 €		1 982,44 €
		215 - Cobrança duvidosa - 219. Imparidades	111 585,16 €	- €	111 585,16 €	61 985,27 €	- €	61 985,27 €
		Outros ativos						
		23802 + 23822 - Pessoal	2 569,57 €		2 569,57 €	- €		- €
		24 - Estado e out.ent.públicos	126 913,49 €		126 913,49 €	132 570,58 €		132 570,58 €
		2720+2721 - Dev. por acréscimos	360 774,98 €		360 774,98 €	322 827,09 €		322 827,09 €
		228+2713 - Adiantamentos a fornecedores	- €		- €	- €		- €
		2772. 27891 - Devedores diversos (-)	76 133,31 €		76 133,31 €	3 019,51 €		3 019,51 €
		2791 Perdas p/ imparidades						
		11.+12.+13. - Outros ativos financeiros	1 998 069,79 €		1 998 069,79 €	1 174 301,40 €		1 174 301,40 €
		41 Participações financeiras	519 420,39 €		519 420,39 €	519 420,39 €		519 420,39 €
	Subtotais		3 311 544,07 €	- €	3 311 544,07 €	3 007 383,35 €	- €	3 007 383,35 €
Instrumentos de património líquido mensurados ao custo		...						
		Subtotais						
Totais			3 311 544,07 €	- €	3 311 544,07 €	3 007 383,35 €	- €	3 007 383,35 €

O peso determinante de ativos financeiros encontra-se nas disponibilidades de caixa e seus equivalentes.

Os devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, representam os valores dos pedidos de pagamento ainda não recebidos de projetos financiados.

Os devedores por acréscimos e outros devedores desagregam-se em:

Outras contas a receber	31/12/2024	31/12/2023
Ativo corrente		
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	360 774,98 €	322 827,09 €
- Devedores por acréscimos de rendimentos	360 774,98 €	322 827,09 €
- Juros a receber e outros rendimentos financeiros	- €	- €
- Outros acréscimos de rendimentos	30 582,70 €	20 214,54 €
- Impostos e taxas imputados ao período - IMI	330 192,28 €	302 612,55 €
Operações financeiras	- €	- €
Outros devedores	76 133,31 €	3 019,51 €
Devedores por alienação de ativos fixos	- €	- €
Outros devedores	76 133,31 €	3 019,51 €
Cauções - Entregues a terceiros	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €
- Devedores por empréstimos não bonificados	- €	- €
Totais	436 908,29 €	325 846,60 €

Do quadro resulta que o valor se concentra na especialização do IMI a receber em 2025 e que reporta o exercício de 2024.

As participações financeiras detidas, mensuradas ao custo refletem as seguintes participações:

	Participações Financeiras			
	31/12/2024	Aumento	Redução	31/12/2023
Participações sociais				
FAM - Fundo de Apoio Municipal	257 904,00 €			257 904,00 €
Outras participações de capital	261 469,00 €			261 469,00 €
Títulos da dívida pública a médio e longo prazo	47,39 €			47,39 €
TOTAIS	519 420,39 €	- €	- €	519 420,39 €

Passivos financeiros

Os credores por transferências e subsídios empréstimos bonificados, assumem a qualificação de financiamentos obtidos a seguir apresentados na sua agregação.

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros		31.12.2024			31.12.2023		
		Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Credores p/transf.sub.emp.bonif.						
	202 - Cred. por transf. e sub. não reemb.	12 863,33 €		12 863,33 €	27 323,37 €		27 323,37 €
	204 276 - Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis	- €		- €	- €		- €
	218 - Adiantamento de clientes	77 905,51 €		77 905,51 €	77 905,51 €		77 905,51 €
	22 Fornecedores	496 545,82 €		496 545,82 €	149 671,42 €		149 671,42 €
	Outros passivos						
	23 - Pessoal	- €		- €	- €		- €
	24 - Estado e out.ent.públicos	121 377,15 €		121 377,15 €	100 527,01 €		100 527,01 €
	271 - Fornecedores de investimentos	130 938,65 €		130 938,65 €	140 097,30 €		140 097,30 €
	2722 - Cred. por acréscimos	887 876,23 €		887 876,23 €	647 964,85 €		647 964,85 €
Passivos financeiros	+277.+ 2785.27892 - Credores diversos	1 163,83 €		1 163,83 €	53 064,65 €		53 064,65 €
	25 Financiamentos obtidos	284 296,99 €		284 296,99 €	364 056,90 €		364 056,90 €
	Subtotais	2 012 967,51 €		2 012 967,51 €	1 560 611,01 €		1 560 611,01 €
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	...		- €			- €
	...			- €			- €
	Subtotais			- €			- €
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	...		- €			- €
	...			- €			- €
	Subtotais			- €			- €
	Totais	2 012 967,51 €		2 012 967,51 €	1 560 611,01 €		1 560 611,01 €

Os fornecedores resultam da atividade normal do Município enquanto dívidas correntes e os fornecedores de investimentos reportam as dívidas de investimento desenvolvidas.

Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com as seguintes componentes:

Outras contas a pagar	31/12/2024	31/12/2023
Passivo não corrente		
- Cauções	51 254,90 €	50 341,91 €
Cauções	51 254,90 €	50 341,91 €
Passivo corrente		
- Credores por acréscimos de gastos		
- Remunerações a Liquidar	752 768,22 €	571 613,38 €
- Juros a liquidar e outros gastos financeiros	4 551,49 €	4 860,91 €
- Outros acréscimos de gastos	130 556,52 €	71 490,56 €
- Outros devedores e credores por transferências e subsídios	- €	- €
- Credores por subscrições não liberadas	- €	- €
- Outros credores		
- Outros credores	94 545,23 €	2 722,74 €
Totais	1 033 676,36 €	778 934,61 €

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

O Município de Avis não detém participações em entidades que controla, não sendo por isso aplicável.

Na sequência do atraso referido, não é igualmente aplicável, a divulgação das transações entre entidades relacionadas.

7.8. Outras Divulgações

Nota 21 – Rendimentos e ganhos

Nota 21 - Rendimentos e Ganhos		
RENDIMENTOS E GANHOS	2024	2023
70 Impostos, contribuições e taxas	669 143,11 €	747 572,52 €
71 Vendas	368 829,97 €	425 898,31 €
72 Prestações de serviços e concessões	946 257,86 €	1 040 509,20 €
73 Variações nos inventários da produção	- €	- €
74 Trabalhos para a própria entidade	- €	- €
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	7 572 109,15 €	6 620 282,65 €
76 Reversões	- €	- €
77 Ganhos por aumentos de justo valor	- €	- €
78 Outros rendimentos	1 074 646,60 €	827 068,86 €
79 Juros, dividendos e out.rendimentos similares	50,92 €	3 185,55 €
Totais	10 631 037,61 €	9 664 517,09 €

Durante o ano de 2024 a totalidade dos rendimentos e ganhos, classificados por naturezas, ascendeu a 10.631.037,61€.

Na comparabilidade nos períodos de 2024 e 2023, verifica-se um aumento de rendimentos e ganhos de cerca de 966 mil euros.

Nota 22 – Gastos e perdas

Durante o ano de 2024 a totalidade dos gastos e perdas, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

GASTOS E PERDAS	2024	2023
60 Transferências e subsídios concedidos	638 260,12 €	833 505,48 €
61 Custo das merc.vend.mat.consumidas	779 618,02 €	708 974,38 €
62 Fornecimentos e serviços externos	2 466 778,86 €	2 143 576,45 €
63 Gastos com o pessoal	5 187 214,88 €	4 492 984,49 €
64 Gastos de depreciação e de amortização	2 912 435,74 €	3 063 878,96 €
65 Perdas por imparidade	49 599,89 €	21 127,40 €
66 Perdas por redução de justo valor	- €	- €
67 Provisões		30 000,00 €
68 Outros gastos	463 605,54 €	399 787,49 €
69 Gastos por juros e outros encargos	42 508,78 €	36 570,80 €
Totais	12 540 021,83 €	11 730 405,45 €

Na comparabilidade nos períodos de 2024 e 2023, verifica-se aumento de gastos e perdas de cerca de 809 mil euros.

Nota 23 – Gastos com pessoal

Em 31/12/2024 o Município de Avis, tinha um total de 207 trabalhadores.

Q 23.1 Recursos Humanos		
Recursos humanos	2024	2023
Número de trabalhadores no final do período	238	207
Número médio de trabalhadores ao longo do período		
Idade média dos trabalhadores		
Antiguidade média dos trabalhadores		
Horas de formação totais		
Média de horas de formação por trabalhador		
Gastos com o pessoal	5 187 214,88 €	4 492 984,49 €
Gastos médios por trabalhador	21 795,02 €	18 878,09 €
VAB por trabalhador		
Taxa geral de absentismo		
Total de acidentes de trabalho		
Média de acidentes de trabalho por trabalhador		

Gastos com o pessoal	2024	2023
Remunerações Órgãos Autárquicos	117 415,53 €	98 841,23 €
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	- €	- €
Remunerações do pessoal	4 114 869,78 €	3 472 631,11 €
<i>Remuneração base</i>	3 145 966,72 €	2 600 056,65 €
- <i>Subsídios de férias</i>	242 124,31 €	237 668,10 €
- <i>Subsídios de Natal</i>	235 215,92 €	210 343,31 €
- <i>Despesas de representação</i>	- €	- €
- <i>Subsídio de refeição</i>	259 638,00 €	250 209,81 €
- <i>Gratificações</i>	- €	- €
- <i>Suplementos e prémios</i>	- €	- €
- <i>Outros suplementos</i>	- €	- €
- <i>Abonos variáveis ou eventuais</i>	231 924,83 €	174 353,24 €
Pensões	3 767,46 €	923,80 €
Indemnizações	- €	- €
Encargos s/ Remunerações	878 827,55 €	740 124,19 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	31 468,80 €	18 501,98 €
Gastos de ação social	- €	- €
Outros gastos com o pessoal	35 880,26 €	156 847,28 €
Outros encargos sociais	4 985,70 €	5 114,60 €
Totais	5 187 214,88 €	4 492 984,19 €

Nota 24 – Transferências e subsídios concedidos

Q 24 Transferências e subsídios concedidos		
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	2024	2023
Transferências correntes concedidas		
- Associações de Municípios	19 986,64 €	22 607,86 €
- Freguesias	103 215,44 €	107 088,50 €
- Instituições sem fins lucrativos	278 364,99 €	282 422,43 €
- Famílias	21 635,05 €	33 821,43 €
- Outras	15 600,00 €	17 100,00 €
- Prestações sociais	61 573,00 €	67 572,27 €
Subtotal	500 375,12 €	530 612,49 €
Transferências capital concedidas		
- Associações de Municípios	- €	14 790,62 €
- Freguesias	96 827,37 €	174 089,15 €
- Instituições sem fins lucrativos	35 000,00 €	114 013,22 €
- Famílias	6 057,63 €	- €
Subtotal	137 885,00 €	302 892,99 €
Totais	638 260,12 €	833 505,48 €

Constata-se uma diminuição face a 2023, no valor de cerca de 195 mil euros. Esta variação prende-se sobretudo com o facto de em 2023 o Município ter transferido verba para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Avisenses para reforço do transporte e protocolo celebrado com o Clube Estrela Alcorreguense no âmbito do remanescente da candidatura ao IPDJ, para melhoramento do Polivalente.

Nota 26 – Depreciações

O total de depreciações do exercício foi de 2.912.435,74€.

Depreciações e Amortizações	2024	2023
Bens do domínio público	6 758,40 €	6 758,40 €
Bens do domínio público	2 276 784,23 €	2 484 660,94 €
Edifícios e outrras construções	295 390,19 €	272 281,07 €
Equipamento básico	102 486,88 €	93 482,88 €
Equipamento de transporte	189 837,36 €	159 889,51 €
Equipamento administrativo	18 231,09 €	18 989,51 €
Outros ativos fixos tangíveis	21 541,29 €	20 701,12 €
Ativos intangíveis	1 406,30 €	7 115,53 €
Totais	2 912 435,74 €	3 063 878,96 €

Diminui face a 2023 em cerca de 151 mil euros. Este resultado contribui para a diminuição do Resultado Líquido do Exercício.

Nota 27 – Fornecimentos e serviços externos

Esta componente dos gastos, durante o ano de 2024, apresenta o seguinte desenvolvimento:

Fornecimentos e serviços externos		2024	2023
621	Subcontratos e parcerias	490 203,33 €	431 301,67 €
	- Serviços de alojamento e restauração	49 049,33 €	41 358,12 €
	- Serviços de Saneamento básico	244 215,94 €	209 743,43 €
	- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	116 439,42 €	- €
	- Tecnologias de informação e comunicação	- €	- €
	- Água - Abastecimento Público	- €	- €
	- Espaços de desporto cultura e lazer	- €	- €
	- Limpeza Urbana	- €	- €
	- Iluminação Pública	74 953,05 €	5 637,29 €
	- Transportes Escolares	5 537,02 €	77 000,60 €
	- Transportes outros	- €	- €
	- Cantinas Escolares - refeições confeccionadas	- €	1 135,18 €
	- Cantinas Escolares - refeições p/ confeccionadas	- €	- €
	- Outros	8,57 €	96 427,05 €
622	Serviços especializados	1 099 671,21 €	1 043 612,16 €
	- Trabalhos especializados	883 049,95 €	809 181,17 €
	- Publicidade comunicação e imagem	4 453,96 €	26 018,02 €
	- Vigilância e segurança	75 216,73 €	77 482,55 €
	- Honorários	24 872,75 €	42 434,95 €
	- Comissões	13 975,24 €	19 006,84 €
	- Conservação e reparação	98 102,58 €	69 488,63 €
	- Outros serviços especializados	- €	- €
623	Materiais de consumo	68 967,35 €	51 281,43 €
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	10,79 €	- €
	- Livros e documentação técnica	- €	- €
	- Material de escritório	16 074,00 €	13 261,45 €
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	19 243,95 €	9 490,75 €
	- Material de educação cultura e recreio	1 173,61 €	923,29 €
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	28 724,98 €	25 486,42 €
	- Medicamentos e artigos para a saúde	3 586,27 €	2 119,52 €
	- Produtos químicos e de laboratórios	- €	- €
	- Outros fornecimentos e serviços	153,75 €	- €
624	Energia e fluidos	139 997,95 €	58 975,35 €
	- Electricidade	139 203,93 €	58 199,35 €
	- Combustíveis e lubrificantes	794,02 €	776,00 €
	- Água	- €	- €
	- Outros	- €	- €
625	Deslocações, estadas e transportes	25 589,44 €	18 291,92 €
	- Deslocações e estadas	16 286,91 €	12 343,08 €
	- Transportes de pessoal	- €	- €
	- Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	550,84 €	366,17 €
	- Outros	8 751,69 €	5 582,67 €
626	Serviços diversos	642 349,58 €	540 113,92 €
	- Rendas e alugueres	389 214,51 €	311 236,26 €
	- Comunicação	30 905,68 €	30 432,51 €
	- Seguros	54 281,02 €	25 070,15 €
	- Contencioso e notariado	- €	- €
	- Despesas de representação dos serviços	113,45 €	736,45 €
	- Limpeza, higiene e conforto	92 003,37 €	79 622,21 €
	- Outros serviços	75 831,55 €	93 016,34 €
	- Fornecimentos e serviços diversos	- €	- €
Totais		2 466 778,86 €	2 143 576,45 €

Nota 29 – Diferimentos

Diferimentos ativos

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2024 e 31/12/2023, são os seguintes:

Diferimentos ativos	31/12/2024	31/12/2023
Gastos a reconhecer		
Seguros	2 988,14 €	34 283,79 €
Outros gastos a reconhecer	36 733,04 €	46 526,18 €
Totais	39 721,18 €	80 809,97 €

Diferimentos passivos

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2024 e 31/12/2023, são os seguintes:

Diferimentos passivos	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos a reconhecer	4 461 212,82 €	3 904 380,66 €
- Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	4 461 212,82 €	3 904 380,66 €
- FEDER	4 461 212,82 €	3 904 380,66 €
- Outros	- €	- €
Totais	4 461 212,82 €	3 904 380,66 €

Nota 30 – Alterações do património líquido

Q 30 - Alterações no Património Líquido									
Rubricas	01/01/2024	Aumentos de património	Diminuições de património	Aplicação dos resultados	Reposição subsidies	Reconhecimento Sub	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2024
51 - Património	65 413 899,17 €								65 413 899,17 €
55 - Reservas	- €	- €	- €	- €				- €	- €
- Reservas legais	- €								- €
- Constituição Loteamentos									- €
- Cédencias a título gratuito									- €
- Transferências de outras entidades									- €
56 - Resultados transitados	- 32 911 670,68 €	- €	- €	- 2 065 888,36 €	- €		- €	- €	- 34 977 559,04 €
- Resultados transitados De períodos anteriores	- 30 144 346,53 €			- 2 065 888,36 €					- 32 210 234,89 €
- Resultados transitados Regularizações	457 031,96 €							- €	457 031,96 €
- Ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP	- €								- €
- Ajustamentos de reorganização de operações	- 3 224 356,11 €		- €						- 3 224 356,11 €
- Alteração de políticas contabilísticas	- €								- €
57 - Ajust.em ativos financeiros	- €							- €	- €
- Relacionados com o MEP	- €								- €
59 - Outras variações no património líquido	11 529 817,08 €	737 801,55 €	- 359 935,62 €		- €		- €	- €	12 512 762,05 €
- Transferências e subsídios de capital	6 530 661,95 €	737 801,55 €	- 359 935,62 €		- €		- €	- €	7 243 260,23 €
- Ativos depreciáveis	7 525 211,42 €	684 001,89 €	- 359 935,62 €						7 201 145,15 €
- Ativos não depreciáveis	88 315,42 €	53 799,66 €						- €	142 115,08 €
- Outras transferências, sub.capital	2 648 234,88 €							- €	4 982 431,82 €
- FEF Capital	2 834 368,54 €				1 428 347,77 €				4 265 716,31 €
- Artº 35º, nº 3, Lei nº 73/2013	891 851,70 €				- 175 136,19 €				716 715,51 €
- Doações obtidas	187 070,00 €								187 070,00 €
- Transferências de ativos									
818 - Resultados líquido do exercício	- 2 065 888,36 €			- €	- €		- 1 908 984,22 €	- €	- 1 908 984,22 €
TOTAL	41 966 157,21 €	737 801,55 €	- 359 935,62 €		- €	1 253 211,58 €	- 1 908 984,22 €	- €	41 040 117,96 €

As variações no património líquido no exercício de 2024, apresentam as seguintes operações:

1. Transferência do resultado líquido do período de 2023, resultados transitados negativos no valor de 2.065.888,36€;

2. Reconhecimento do resultado líquido do período de 2024, (1.908.984,22€) cuja aplicação a resultados transitados será proposta no relatório de gestão;
3. Reconhecimento da imputação a resultados das transferências e subsídios de capital atribuídas a ativos depreciáveis;
4. Reconhecimento das transferências de capital, resultantes do FEF de Capital e n.º 3, do artigo 35º da Lei n.º 73/2013.

8. Contabilidade de Gestão

O SNC-AP veio introduzir alterações no modelo de contabilidade de custos para a contabilidade de gestão, quer quanto ao sistema de custeio, quer quanto aos apuramentos a obter. Dadas as limitações ainda existentes na implementação desta contabilidade, nomeadamente ao nível de recursos humanos e técnicos, o Município de Avis apenas cumpriu parcialmente os requisitos da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, sem dados consistentes para análise.

9. Anexo às Demonstrações Orçamentais

9.1. DDORC – Demonstração de Desempenho Orçamental

RUBRICA	RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS	FONTE DE FINANCIAMENTO (n)					2023
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	
	Saldo de gerência anterior	488 876,96 €		633 901,56 €		51 522,88 €	1 174 301,40 €
	Operações orçamentais [1]	488 876,96 €		633 901,56 €			1 122 778,52 €
	Devolução do saldo oper. orçamentais						
	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades						
	Operações de tesouraria [A]					51 522,88 €	51 522,88 €
	Receita corrente	9 332 208,74 €		123 071,52 €			9 455 280,26 €
R1	Receita fiscal	626 834,36 €					626 834,36 €
R1.1	Impostos diretos	626 834,36 €					792 437,97 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	67 697,42 €					67 697,42 €
R4	Rendimentos de propriedade	279 174,59 €					279 174,59 €
R5	Transferências e subsídios correntes	7 468 242,60 €		123 071,52 €			7 591 314,12 €
R5.1	Transferências correntes	7 468 242,60 €		123 071,52 €			7 591 314,12 €
R5.1.1	Administrações Públicas	7 468 242,60 €		123 071,52 €			7 591 314,12 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	7 364 035,85 €		123 071,52 €			7 487 107,37 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	104 206,75 €					104 206,75 €
R6	Venda de bens e serviços	826 129,96 €					826 129,96 €
R7	Outras receitas correntes	64 129,81 €					64 129,81 €
	Receita de capital	1 842 213,53 €		1 098 820,98 €			2 941 034,51 €
R8	Venda de bens de investimento	56 340,22 €					56 340,22 €
R9	Transferências e subsídios de capital	1 785 169,67 €		1 098 820,98 €			2 883 990,65 €
R9.1	Transferências de capital	1 785 169,67 €		1 098 820,98 €			2 883 990,65 €
R9.1.1	Administrações Públicas	1 785 169,67 €		1 098 820,98 €			2 883 990,65 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 785 169,67 €		727 686,18 €			2 512 855,85 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			371 134,80 €			371 134,80 €
R10	Outras receitas de capital	703,64 €					703,64 €
	Receita efetiva [2]	11 174 422,27 €		1 221 892,50 €			12 396 314,77 €
R11	Reposiçãos não abatidas aos pagamentos						
	Receita não efetiva [3]						12,60 €
	Soma [4]=(1)+(2)+(3)	11 663 299,23 €		1 855 794,06 €			13 519 093,29 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]					34 795,08 €	34 795,08 €
	Despesa corrente	8 669 441,01 €					8 669 441,01 €
D1	Despesas com o pessoal	4 831 888,79 €					4 831 888,79 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	3 728 050,98 €					3 728 050,98 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	188 862,80 €					188 862,80 €
D1.3	Segurança social	914 975,01 €					914 975,01 €
D2	Aquisição de bens e serviços	3 114 247,12 €					3 114 247,12 €
D3	Juros e outros encargos	26 412,17 €					26 412,17 €
D4	Transferências e subsídios correntes	584 320,78 €					584 320,78 €
D4.1	Transferências correntes	459 615,28 €					459 615,28 €
D4.1.1	Administrações Públicas	123 196,08 €					123 196,08 €
D4.1.1.5	Administração Local	123 196,08 €					123 196,08 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	269 612,66 €					269 612,66 €
D4.1.3	Famílias	49 706,54 €					49 706,54 €
D4.1.4	Outras	17 100,00 €					17 100,00 €
D4.2	Subsídios Correntes	124 705,50 €					124 705,50 €
D5	Outras despesas correntes	112 572,15 €					112 572,15 €
	Despesa de capital	2 423 443,20 €		402 004,72 €			2 825 447,92 €
D6	Aquisição de bens de capital	2 260 394,45 €		402 004,72 €			2 662 399,17 €
D7	Transferências e subsídios de capital	163 048,75 €					163 048,75 €
D7.1	Transferências de capital	163 048,75 €					163 048,75 €
D7.1.1	Administrações Públicas	96 827,37 €					96 827,37 €
D7.1.1.5	Administração Local	96 827,37 €					96 827,37 €
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	60 163,75 €					60 163,75 €
D7.1.3	Famílias	6 057,63 €					6 057,63 €
	Despesa efetiva [5]	11 092 884,21 €		402 004,72 €			11 494 888,93 €
	Despesa não efetiva [6]	79 759,91 €					79 759,91 €
D9	Despesa com ativos financeiros						
D10	Despesa com passivos financeiros	79 759,91 €					79 759,91 €
	Soma [7]=(5)+(6)	11 172 644,12 €		402 004,72 €			11 574 648,84 €
	Operações de tesouraria [C]					32 692,62 €	32 692,62 €
	Saldo para a gerência seguinte	490 655,11 €		1 453 789,34 €		53 625,34 €	45 366,11 €
	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	490 655,11 €		1 453 789,34 €		1 998 069,79 €	1 174 301,40 €
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]						
	Saldo global [2] - [5]	81 538,06 €		819 887,78 €			901 425,84 €
	Despesa primária	11 066 472,04 €		402 004,72 €			11 468 476,76 €
	Saldo corrente	662 767,73 €		123 071,52 €			785 839,25 €
	Saldo de capital	-581 229,67 €		696 816,26 €			115 586,59 €
	Saldo primário	107 950,23 €		819 887,78 €			927 838,01 €
	Receita total [1] + [2] + [3]	11 663 299,23 €		1 855 794,06 €			13 519 093,29 €
	Despesa total [5] + [6]	11 172 644,12 €		402 004,72 €			11 574 648,84 €
							13 596 437,68 €

O Município de Avis iniciou o exercício com um saldo orçamental proveniente da gerência anterior de 1.174.301,40€ e concluiu o exercício com um saldo orçamental para a gerência seguinte de

1.998.069,79€, dos quais 1.944.444,45€ de saldo orçamental e 53.625,34€ de operações de tesouraria.

O total da receita efetiva arrecadada durante o exercício foi de 13.504.487,07€ e a despesa paga ascendeu a 13.447.227,22€.

9.2. DODES – Demonstração de Desempenho Orçamental da Despesa

Rubrica	Designação	Despesa por pagar	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de Execução Orçamental		
		de períodos anteriores					(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (6) + (7)
	Despesa corrente	253 072,28 €	9 702 552,02 €		9 664 432,17 €	9 077 223,70 €	252 830,11 €	8 416 610,90 €	8 669 441,01 €	587 208,47 €		407 782,69 €		86,75
D1	Despesas com o pessoal	103 234,87 €	4 962 394,30 €		4 955 952,42 €	4 953 320,25 €	103 091,97 €	4 728 796,82 €	4 831 888,79 €	2 632,17 €		121 431,46 €		95,29
D2	Aquisição de bens e serviços	144 105,43 €	3 931 470,72 €		3 915 705,21 €	3 373 831,01 €	144 006,16 €	2 970 240,96 €	3 114 247,12 €	541 874,20 €		259 583,89 €		75,55
D3	Juros e outros encargos	48 169,00 €		43 418,08 €		26 887,97 €		26 412,17 €	26 412,17 €	16 530,11 €		475,80 €		54,83
D4	Transferências e subsídios correntes	570,00 €	626 197,00 €		619 148,62 €	596 024,11 €	570,00 €	583 750,78 €	584 320,78 €	23 124,51 €		11 703,33 €		93,22
D5	Outras despesas correntes	5 161,98 €	134 321,00 €		130 207,84 €	127 160,36 €	5 161,98 €	107 410,17 €	112 572,15 €	3 047,48 €		14 588,21 €		79,97
	Despesa de capital	165 261,05 €	5 557 346,50 €		5 269 180,78 €	3 258 417,96 €	123 770,73 €	2 781 437,10 €	2 905 207,83 €	2 010 762,82 €		353 210,13 €		50,05
D6	Aquisição de bens de capital	140 097,30 €	5 296 285,00 €		5 026 371,12 €	3 015 609,30 €	98 609,69 €	2 563 792,19 €	2 662 399,17 €	2 010 761,82 €		353 210,13 €		48,41
D7	Transferências e subsídios de capital	25 163,75 €	171 200,00 €		163 048,75 €	163 048,75 €	25 163,75 €	137 885,00 €	163 048,75 €					80,54
D8	Outras despesas de capital	10 100,00 €												
D9	Despesa com ativos financeiros													
D10	Despesa com passivos financeiros		79 761,50 €		79 760,91 €	79 759,91 €		79 759,91 €	79 759,91 €	1,00 €				100,00
	Total:	418 333,33 €	15 259 898,52 €		14 933 612,95 €	12 335 641,66 €	376 600,84 €	11 198 048,00 €	11 574 648,84 €	2 597 571,29 €		760 992,82 €		73,38

O grau de execução é de 73,38% do previsto em orçamento. Transita o valor de 2.597.971,29€ em compromissos e 760.992,82€ em obrigações por pagar.

9.3. DOREC – Demonstração de Desempenho Orçamental da Receita

Classificação	Rubrica	Designação	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Receitas anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições	Receitas Cobradas Líquidas	Receita por cobrar no final do período	Grau de Execução Orçamental			
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(11)			
		Receita corrente	9 819 857,00 €	245 331,72 €	9 566 070,45 €	130 134,01 €	9 471 265,71 €	15 985,45 €	15 985,45 €	80 813,62 €	9 374 466,64 €	225 987,50 €	95,46	
R1		Receita fiscal	639 449,00 €		639 530,61 €	12 696,25 €	639 530,61 €	12 696,25 €	12 696,25 €		626 834,36 €	626 834,36 €	98,03	
R2		Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde												
R3		Taxas, multas e outras penalidades	92 365,00 €	13 470,58 €	68 512,92 €	4 509,52 €	67 794,92 €	97,50 €	97,50 €	5 616,22 €	62 081,20 €	67 697,42 €	9 776,56 €	67,21
R4		Rendimentos de propriedade	370 950,00 €	4 737,96 €	352 588,39 €		279 174,59 €		4 737,96 €	274 436,63 €	279 174,59 €	78 151,76 €	73,98	
R5		Transferências e subsídios correntes	7 634 432,00 €	51 749,13 €	7 594 065,87 €	32 000,88 €	7 594 065,87 €	2 751,75 €	2 751,75 €	7 591 314,12 €	7 591 314,12 €	22 500,00 €	99,44	
R6		Venda de bens e serviços	1 011 541,00 €	175 050,69 €	847 117,90 €	80 502,41 €	826 144,96 €	15,00 €	70 159,44 €	755 970,52 €	826 129,96 €	115 536,22 €	74,74	
R7		Outras receitas correntes	71 120,00 €	323,36 €	64 254,76 €	424,95 €	64 554,76 €	424,95 €	424,95 €	300,00 €	63 829,81 €	64 129,81 €	23,36 €	89,75
		Receita de capital	4 297 263,00 €	580 760,91 €	3 223 717,84 €	863 444,24 €	3 255 538,51 €	314 504,00 €	314 504,00 €	319 332,90 €	2 909 101,61 €	2 941 034,51 €	67,70	
R8		Venda de bens de investimento	62 700,00 €		56 452,45 €	112,29 €	56 340,22 €			56 340,22 €		56 340,22 €	89,86	
R9		Transferências e subsídios de capital	4 032 463,00 €	580 760,91 €	3 166 561,75 €	863 332,01 €	3 198 494,65 €	314 504,00 €	314 504,00 €	31 932,90 €	2 852 057,75 €	2 883 990,65 €	70,73	
R10		Outras receitas de capital	800,00 €		703,64 €		703,64 €				703,64 €	703,64 €	87,96	
R11		Reposições não abatidas aos pagamentos	20 000,00 €											
R12		Receita com ativos financeiros												
R13		Receita com passivos financeiros	201 300,00 €											
R14		Saldo da Gestão Anterior - Operações Orçamentais	1 122 778,52 €		1 122 778,52 €		1 122 778,52 €			1 122 778,52 €	1 122 778,52 €		100,00	
		Total:	15 259 896,52 €	826 092,63 €	13 912 566,81 €	993 578,25 €	13 849 582,74 €	330 489,45 €	330 489,45 €	112 746,52 €	13 406 346,77 €	13 519 093,29 €	225 987,50 €	87,85

A receita do exercício situou-se em 87,85%, cumprindo as imposições legais.

9.4. DTAS – Dívidas a Terceiros Pro Antiguidade de Saldos

Designação	Passivo	Dívida Vencida		Intervalos de Antiguidade da dívida vencida (em n dias) [C]			Exceções	Pagamentos em atraso	Total dívida por natureza da despesa			
		Curto prazo	Médio/Longo prazo	<90 [1]	[90-180] [2]	[180-365] [3]			[D]	[E]=[2+3+4]+[D]	[F]=[A]+[C]	[G]=[B]
Despesas correntes		407 782,09 €	379 638,01 €	28 144,68 €						407 782,09 €		407 782,09 €
Despesas de pessoal		56 991,89 €	56 991,89 €							56 991,89 €		56 991,89 €
Reparações certas e permanentes		52 365,28 €	52 365,28 €							52 365,28 €		52 365,28 €
Alugueres e outras ouveruras		4 626,61 €	4 626,61 €							4 626,61 €		4 626,61 €
SS - Encargos com saúde												
ADS E e outros da AP												
Outros sectores fora da AP												
SS - Contribuições de segurança social		64 259,57 €	64 259,57 €							64 259,57 €		64 259,57 €
CGA		25 408,53 €	25 408,53 €							25 408,53 €		25 408,53 €
Segurança social - Regime geral		38 655,02 €	38 655,02 €							38 655,02 €		38 655,02 €
Outras		196,02 €	196,02 €							196,02 €		196,02 €
SS - Outras		180,00 €	180,00 €							180,00 €		180,00 €
SS - Outras		180,00 €	180,00 €							180,00 €		180,00 €
Aquisições de bens e serviços		259 593,89 €	234 673,14 €	24 910,75 €						259 593,89 €		259 593,89 €
Aquisições de bens e serviços		259 593,89 €	234 673,14 €	24 910,75 €						259 593,89 €		259 593,89 €
Juros e outros encargos		475,80 €	475,80 €							475,80 €		475,80 €
Juros e outros encargos		475,80 €	475,80 €							475,80 €		475,80 €
Transferências correntes		11 703,33 €	8 752,99 €	2 950,34 €						11 703,33 €		11 703,33 €
Administrações públicas		6,00 €	6,00 €							6,00 €		6,00 €
Outras transferências correntes		11 697,33 €	8 746,99 €	2 950,34 €						11 697,33 €		11 697,33 €
Subsídios												
Subsídios												
Outras despesas correntes		14 588,21 €	14 304,62 €	283,59 €						14 588,21 €		14 588,21 €
Outras despesas correntes		14 588,21 €	14 304,62 €	283,59 €						14 588,21 €		14 588,21 €
Despesas de capital		353 210,13 €	308 243,98 €	3 475,85 €						353 210,13 €		353 210,13 €
Aquisições de bens de capital		353 210,13 €	308 243,98 €	3 475,85 €						353 210,13 €		353 210,13 €
Aquisições de bens de capital		353 210,13 €	308 243,98 €	3 475,85 €						353 210,13 €		353 210,13 €
Transferências de capital												
Administrações Públicas												
Outras transferências de capital												
Aquisição de ativos financeiros												
Aquisição de ativos financeiros												
Reembolsos de passivos financeiros												
Reembolsos de passivos financeiros												
Outras despesas de capital												
Outras despesas de capital												
TOTAL		760 992,82 €	687 881,97 €	31 620,53 €				41 490,32 €	41 490,32 €	760 992,82 €		760 992,82 €

O mapa do DTAS dívida a terceiros, por antiguidade de saldos apresenta uma dívida de 760.992,82€, dos quais 43.273,64€ superior a 180 dias por motivo não imputável ao Município.

De referir que a aplicação SNC-AP não considera para este mapa o valor dos financiamentos (empréstimos) já que apenas imputa estes valores quando são emitidas as respetivas obrigações para processar as prestações.

9.5. DEPPI – Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Objetivo	Designação do projeto	Grupo de Fontes de Financiamento				Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %
		R G	R P	U E	EMPR	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total	
[1]	[3]	[6]	[7]	[8]	[9]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	[18]
1	Funções gerais	537 678,00 €				537 678,00 €	569 300,00 €	1 106 978,00	732 699,89	319 117,80	1 051 817,69	59,35
1.1	Serviços gerais de administração pública	537 678,00 €				537 678,00 €	569 300,00 €	1 106 978,00	732 699,89	319 117,80	1 051 817,69	59,35
2	Funções sociais	1 436 020,00 €	2 603 885,00 €			4 039 905,00 €	9 584 334,00 €	13 624 239,00	7 127 944,22	1 823 899,06	8 951 843,28	45,15
2.1	Educação	16 000,00 €	2 448 645,00 €			2 464 645,00 €	1 148 200,00 €	3 612 845,00	2 986 512,81	834 232,79	3 820 745,60	33,85
2.3	Segurança e acção social	81 000,00 €				81 000,00 €	712 000,00 €	793 000,00	1 472 804,43	5 473,50	1 478 277,93	6,76
2.4	Habitação e serviços colectivos	649 370,00 €	155 240,00 €			804 610,00 €	7 539 134,00 €	8 343 244,00	1 449 336,78	412 474,34	1 861 811,12	51,26
2.5	Serviços culturais, recreativos e religiosos	689 650,00 €				689 650,00 €	185 000,00 €	874 650,00	1 219 290,20	571 718,43	1 791 008,63	82,90
3	Funções económicas	175 253,00 €	214 449,00 €			389 702,00 €	1 378 900,00 €	1 768 602,00	280 465,17	209 179,96	489 645,13	53,68
3.2	Indústria e energia	6 000,00 €				6 000,00 €	194 616,25 €	206 616,25	34 919,05			34 919,05
3.3	Transportes e comunicações	167 753,00 €	214 449,00 €			382 202,00 €	953 283,75 €	1 335 485,75	245 546,12	209 179,96	454 726,08	54,73
3.5	Outras funções económicas	1 500,00 €				1 500,00 €	231 000,00 €	232 500,00				
4	Outras funções		329 000,00 €			329 000,00 €		329 000,00	956 222,12	310 202,35	1 266 424,47	94,29
4.2	Transferências entre administrações		329 000,00 €			329 000,00 €		329 000,00	956 222,12	310 202,35	1 266 424,47	94,29
	Total:	2 148 951,00 €	3 147 334,00 €			5 296 285,00 €	11 532 534,00 €	16 828 819,00 €	9 097 331,40 €	2 662 399,17 €	11 759 730,57 €	50,00

O mapa de desempenho do plano plurianual de investimentos apresenta uma percentagem de execução face ao previsto de 50%.

9.6. Operações de Tesouraria

CÓDIGO DAS CONTAS	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS	SALDO FINAL
07	07 Operações de tesouraria	51 522,88 €	34 795,08 €	32 692,62 €	53 625,34 €
07.1	07.2 Recebimentos por operações de tesouraria / Pagamentos por operações de tesouraria	51 522,88 €	34 795,08 €	32 692,62 €	53 625,34 €
07.1.3	07.2.3 Constituição e reforço de cauções e garantias / Devolução de cauções e garantias	50 341,91 €	24 179,93 €	23 266,94 €	51 254,90 €
07.1.6	07.2.6 Retenções - Transição para o SNC-AP / Retenções - Transição para o SNC-AP	1 021,97 €			1 021,97 €
07.1.9	07.2.9 Outras receitas de operações tesouraria / Outras despesas de operações de tesouraria	159,00 €	10 615,15 €	9 425,68 €	1 348,47 €
	TOTAL	51 522,88 €	34 795,08 €	32 692,62 €	53 625,34 €

Avis, abril de 2025